

CADERNO II

PLANO DE AÇÃO

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS -----	5
1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro -----	5
1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios-----	6
O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o sector definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas. -----	7
Na esfera Nacional, o Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem 5 eixos com objetivos estratégicos que se mostram de seguida.-----	7
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS-----	9
2.1. Mapa de Combustíveis Florestais -----	9
2.2. Cartografia de Risco -----	12
2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural -----	12
2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Rural -----	14
2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa -----	15
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI -----	17
4. EIXOS ESTRATÉGICOS -----	23
4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO -----	23
AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS -----	23
4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios -----	23
4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis -----	23
4.1.1.2. Rede Viária Florestal-----	26
4.1.1.3. Rede de Pontos de Água -----	42
4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCI -----	44
4.1.2. Planeamento das ações -----	45

4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis	45
4.1.2.2. Rede de FGC e MPGC	59
4.1.2.2.1 Regras para as edificações existentes	60
4.1.2.2.2 Regras para as novas Edificação	60
4.1.2.3 – RVF	65
4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades	67
4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO	70
REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	70
4.2.1. Avaliação	70
4.2.1.1 Comportamentos de Risco	70
4.2.2.1 Fiscalização	72
4.2.2. Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico	72
4.2.2.1. Sensibilização da População	72
4.2.2.2. Fiscalização	76
4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização	76
4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO	81
MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS	81
4.3.1. Avaliação	81
4.3.1.1. Vigilância e Detecção	82
4.3.1.2. 1ª Intervenção	84
4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio	86
4.3.2. Planeamento das Ações	87
4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento	87
4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO	91
RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS	91
4.4.1. Avaliação	91
4.4.1.1. Estabilização de Emergência	91
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais	93
4.4.2. Planeamento	93
4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats	93
4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO	97
ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	97
3.5.1 Avaliação	97

3.5.1.1 Formação-----	98
3.5.2 Planeamento das Ações-----	98
3.5.2.1 Organização SDFCI-----	98

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A elaboração do PMDFCI deve ter em atenção os diversos planos, de abrangência nacional e regional. Ao nível dos planos de âmbito nacional, o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios desenvolve as orientações nacionais consequentes do planeamento nacional em matéria florestal emanadas da Estratégia Florestal Nacional, do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

A estratégia regional de defesa da floresta contra incêndios é elaborada de acordo com os instrumentos nacionais que foram já enunciados desenvolvendo-se nos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), que no caso da área em questão é o PROF Douro, em outros planos sectoriais e, complementarmente, nos outros instrumentos de gestão territorial de nível regional como os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).

1.1 Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro

O concelho de Lamego encontra-se abrangido no PROF do Douro, por três sub-regiões homogêneas, nomeadamente a sub-região do Douro, da Beira Douro e Montemuro.

O PROF do Douro, com entrada em vigor no dia 23 de Janeiro de 2007 (art.º 4.º do Decreto Regulamentar n.º4/2007 de 22 de Janeiro), compreende orientações estratégicas para o sector florestal regional, que vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados (art.º6.º do mesmo decreto), com implicações ao nível da elaboração e execução dos PMDFCI.

O PROF do Douro tem um prazo de vigência de 20 anos (art.º 50.º) e pode ser sujeito a alterações periódicas de cinco em cinco anos, baseado nos relatórios anuais de acompanhamento ou sempre que ocorra qualquer facto relevante (art.º 51.º).

Implicações para o PMDFCI

Quadro Resumo das Implicações para o PMDFCI

	Art.º	Implicação
Corredores Ecológicos	n.º4 do art.10.º	Os corredores ecológicos devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RRDFCI).
Zonas Críticas	45.º	O planeamento das zonas críticas e a aplicação das medidas definidas nos artigos 43.º e 44.º devem estar concluídas num prazo de 2 anos, reflectindo-se no programa de acção do PMDFCI.
Gestão de Combustíveis	46.º	Define conjunto de medidas a aplicar na gestão de combustíveis, com implicações para o programa de acção referente à silvicultura preventiva.
RRDFCI	47.º	Define as componentes da RRDFCI e competência das diferentes entidades. Declaração de utilidade pública.
Depósitos de Madeiras e Outros Produtos Inflamáveis	48.º	Condiciona o depósito de madeiras e outros produtos inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.
Edificações	49.º	Condiciona a classificação, qualificação e reclassificação do solo mediante a classificação do risco de incêndio dos PMDFCI. Interdita a edificação em áreas classificadas de risco de incêndio alto ou muito alto.

1.2 Enquadramento do Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, da competência da Comissão Municipal de Defesa da Floresta pretende ser um instrumento orientador das diferentes ações, políticas e orientações das diversas entidades que compõem a CMDF.

Tendo em vista a prevenção e combate dos incêndios florestais torna-se necessário um trabalho urgente de planeamento e ordenamento da floresta pelo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios constituirá uma base de trabalho e auxílio importante para se atingir esse desiderato.

O PMDFCI deve encontrar-se enquadrado nas políticas para o sector definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), no Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) e ainda ter em conta os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Concelhos Limítrofes e Orientações Estratégicas para a Recuperação das áreas ardidas.

Na esfera Nacional, o Plano Municipal de Defesa da Floresta no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem 5 eixos com objetivos estratégicos que se mostram de seguida.

Objetivos estratégicos
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios
<i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>
Sensibilização e educação escolar
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.
<i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.
Adequação da capacidade de 1ª Intervenção
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo

Objetivos estratégicos
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas
Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5º Eixo Estratégico - Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz
Operacionalização da CMDF

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEL, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

2.1. Mapa de Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para os caracterizar sistematicamente relativamente à sua inflamabilidade, combustibilidade e carga de combustível que são as características que mais influenciam o fogo:

Carga de combustível

A carga de combustível esta relacionada com a quantidade de material disponível para a combustão. Dos quatro estratos de vegetação (arbóreo, arbustivo, herbáceo e folhada), os três últimos são os que contribuem directamente para a carga de combustível. O estrato arbóreo contribui indirectamente com a folhada do solo e as raízes. A carga de combustível e a sua distribuição espacial, traduzido no grau de continuidade vertical e horizontal, são as características do combustível que influenciam o comportamento do fogo.

Combustibilidade

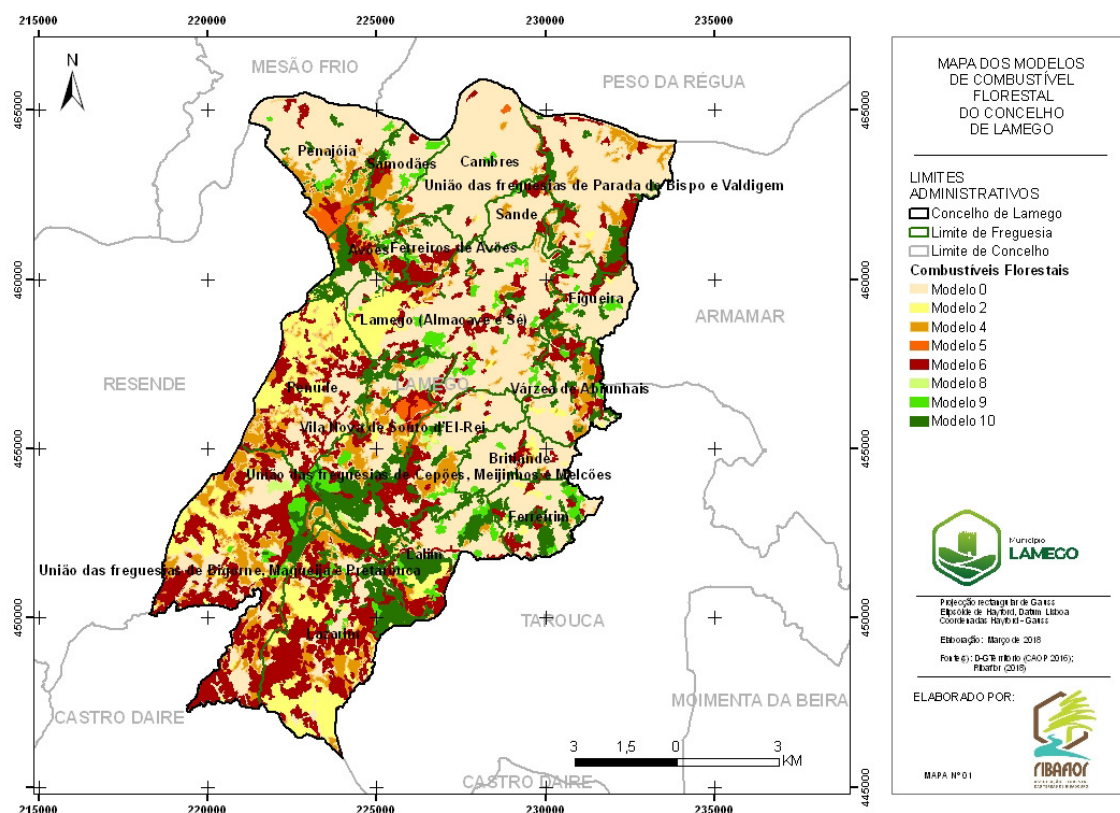
A combustibilidade traduz-se na facilidade de propagação da combustão e esta relacionada com o arranjo espacial dos combustíveis associado a uma determinada formação vegetal. É estabelecida através do tempo que uma formação vegetal demora a arder.

Inflamabilidade

A inflamabilidade de um combustível e um parâmetro que quantifica a facilidade com que o mesmo entra em ignição. A sua inflamabilidade esta relacionada com o seu teor de humidade, com a presença de substâncias voláteis, nomeadamente resinas e óleos essenciais. Esta característica depende directamente da espécie vegetal considerada. É variável ao longo do ano e para as diferentes partes que constituem a planta. Outro parâmetro a considerar é o do poder calorífico, ou seja, a quantidade de calor libertada pela combustão de um determinado material.

Tanto para a inflamabilidade como para o poder calorífico, interessa considerar os materiais finos tais como as folhas e os ramos, já que é sobretudo este tipo de combustível que irá influenciar o comportamento do fogo.

Com base nos conceitos descritos anteriormente adotou-se a metodologia apresentada pelo ICNF no guia metodológico para a elaboração de PMDFCI, tendo-se procedido às classificações tendo como base a informação obtida a partir da carta de ocupação do solo e validação no terreno. A classificação aconselhada tem como referencia a criada pela Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) tendo sido ajustada ao caso português por Fernandes, P. Estes modelos assentam na caracterização das estruturas do estrato de porte arbustivo e não no tipo de espécies florestais existentes, como é possível verificar no exemplo dado para a chave de identificação de modelos apresentado nesse mesmo guia.



Como se pode ver pelo Mapa atrás apresentado, o Modelo 0, do qual fazem parte os espaços agrícolas, as áreas sociais, improdutivos e superfícies aquáticas, com valor nulo

que não influenciam a carga de combustível disponível para os incêndios florestais, apresentam-se de uma forma mais concentrada na zona norte e este do concelho.

Registam-se no entanto, manchas relativas a outros modelos de combustível perfeitamente compartimentadas pelas anteriores quebrando a continuidade e diminuindo o risco. De entre estas manchas destacam-se as de maior dimensão e que dizem respeito aos Modelos 6, 4, 2 e 10.

Relativamente ao modelo 4 e 6 pertencente ao grupo arbustivo, verifica-se para o modelo 4, situações de propagação de fogo rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas altas, e para o modelo 6, o fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.

No que diz respeito ao modelo 2, pertencente ao grupo das herbáceas, é formado por combustível mais fino, seco e baixo com a presença de alguns matos, levando a que um incêndio se propague rapidamente.

O Modelo 10, caracteriza-se por apresentar restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais ou situações extremas d clima. Este modelo evidencia situações atuais de resíduos de material lenhoso caído devido à formação de gelo, decorrido a meados de Fevereiro de 2017 e que até ao momento, não foi possível recolher esse material.

Sendo assim, e de acordo também com todo o histórico ao nível dos Incêndios, as áreas oeste e sul são as mais problemáticas porque apresentam uma grande percentagem de combustível que, embora pertencente a diferentes modelos com velocidades de propagação e intensidades de fogo diferentes, podem originar situações complicadas devido a condições bastante dispares de comportamento do fogo.

Encontram-se conjugadas certas condições que propiciam a propagação rápida de incêndios a partir de zonas com intensidades de fogo mais baixas, para zonas que podem atingir intensidades mais elevadas pelo que, é necessário estabelecer um planeamento de compartimentação e implementação de faixas de protecção nas zonas mais críticas e que apresentem maior importância.

2.2. Cartografia de Risco

A cartografia de risco foi elaborada segundo o guia metodológico do ICNF, onde foram produzidas as várias variáveis para o cálculo da perigosidade e risco de incêndio rural.

As variáveis consideradas no risco de incêndio, foram: Incêndios Florestais (2000-2017) (Probabilidade); Ocupação do solo (COS'2007) (Suscetibilidade); Declives; Ocupação do solo (COS'2007) (Vulnerabilidade) e Ocupação do solo (COS'2007) (Valor económico). Este exercício apresenta uma resolução de 10 metros (tamanho do pixel de 10x10 metros).

A reclassificação das cartas de declives e ocupação do solo atenderam ao apêndice 4 – Metodologia para a elaboração de cartografia de risco (mapa de Perigosidade de Incêndio Rural e mapa de Risco de Incêndio Rural) do Guia técnico para a elaboração do PMDFCI, do ICNF, datado de Abril de 2012 e documento intitulado “Esclarecimentos à elaboração e envio da informação relativa à cartografia de Risco de Incêndio Rural” elaborado pelo Instituto de Conservação e das Florestas, datado de Março de 2014.

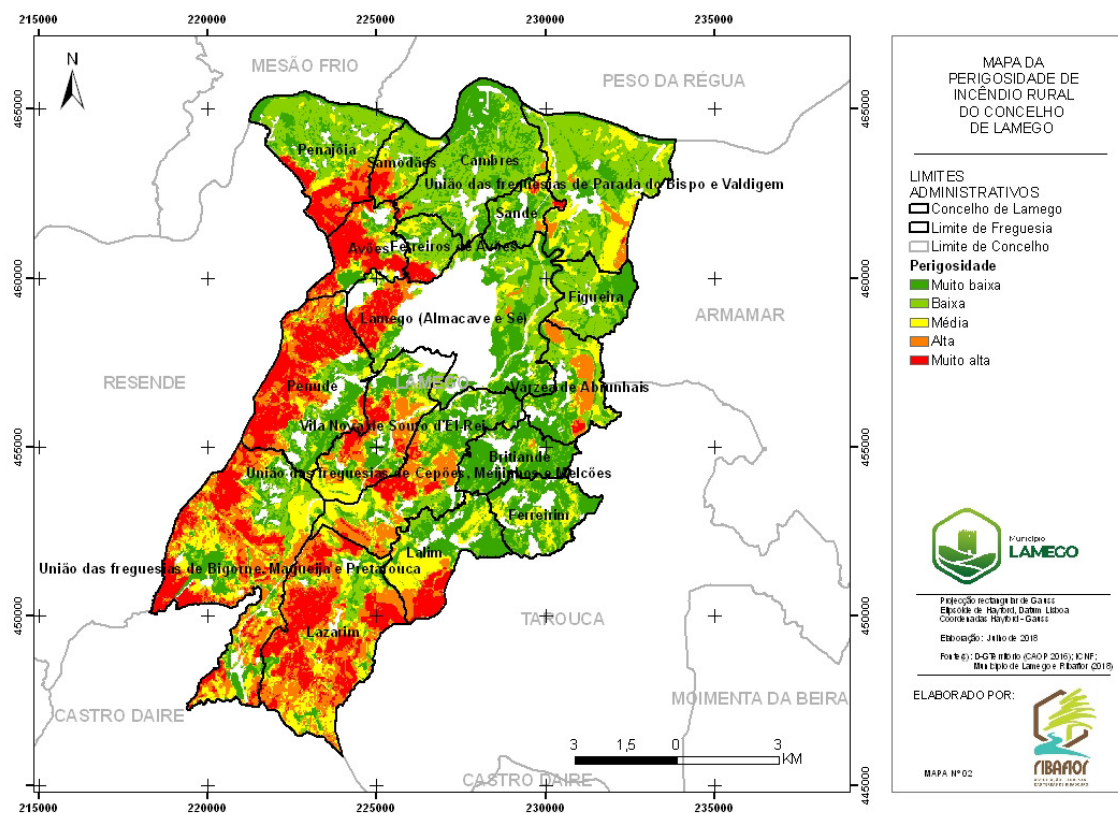
2.2.1. Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural

O mapa de Perigosidade de Incêndio Rural, resulta da combinação da probabilidade com a susceptibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

O Mapa de Perigosidade foi elaborado com recurso à metodologia do ICNF. Para a elaboração deste mapa teve-se em conta o cálculo da probabilidade onde foram utilizadas as áreas ardidas disponibilizadas pelo portal do ICNF para o período de 2000 a 2017, o declive e a susceptibilidade através da carta de ocupação do solo (COS2007), atualizada em gabinete.

No mapa apresentado, foram excluídas as áreas sociais da carta da ocupação do solo, os perímetros urbanos e o plano de urbanização do PDM do concelho de Lamego.

No entanto verifica-se que em determinadas zonas do concelho esta situação é atenuada devido à compartimentação que existe com as áreas agrícolas.

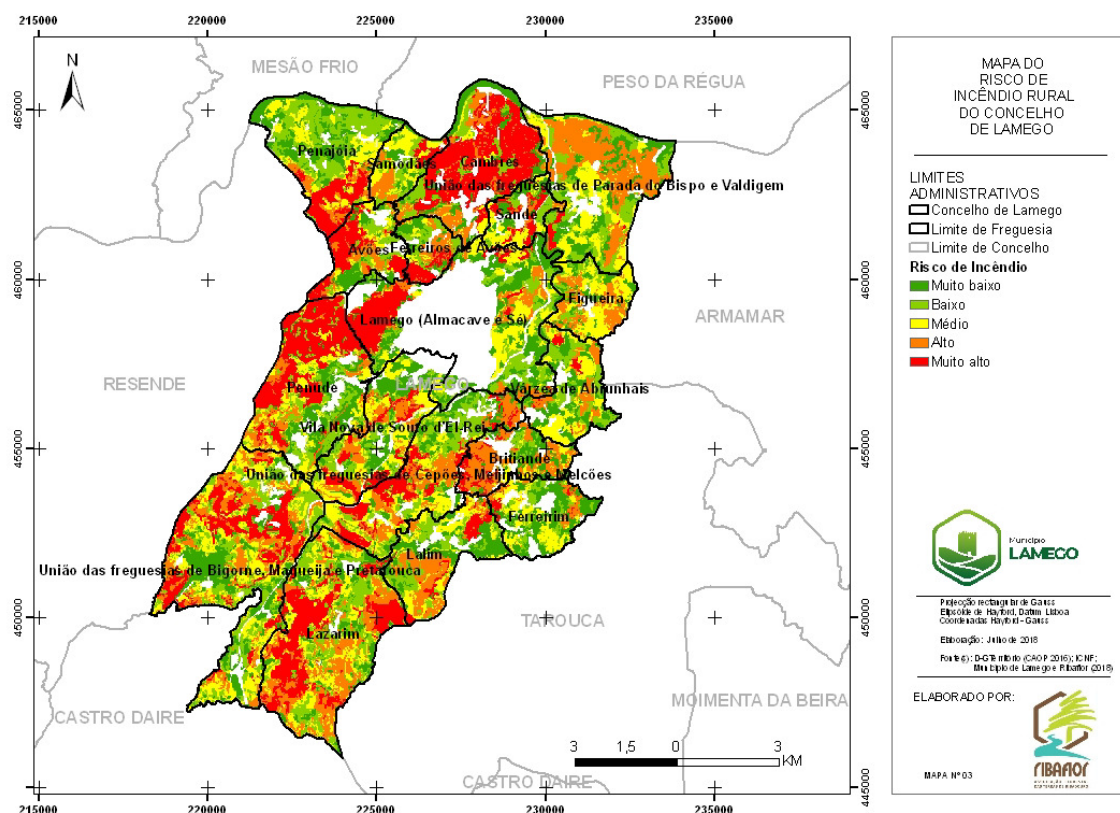


As freguesias que apresentam maior perigosidade de incêndio rural, correspondem à freguesia de Penajoia, Avões, Penude, Lazarim e união de freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca. Evidenciam-se ainda as freguesias de Lamego, Lalim, Vila Nova de Souto D'El Rei e união de freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, com perigosidade alta e muito alta, estando estas duas classes mais compartimentadas com as classes de perigosidade mais baixa. Estas freguesias que apresentam classes de perigosidade mais elevadas, são também aquelas onde existe maior área florestal, coincidindo também com as áreas mais afetadas pelos incêndios, como podemos verificar pelo caderno I.

2.2.2. Mapa de Risco de Incêndio Rural

O mapa de Risco de Incêndio Rural, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor económico) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”.

Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.



Como se pode observar pelo mapa apresentado anteriormente, as zonas de risco alto e muito alto para o concelho de Lamego apresentam-se distribuídas um pouco por todo o concelho, existindo uma maior compartimentação com as classe de risco mais baixas do

que na carta de perigosidade. No entanto, destacam-se as classes de risco muito alto com mais intensidade nas freguesias de Cambres, Avões, Lamego e Penude. O risco alto encontra-se distribuído um pouco por todo o concelho, à semelhança das classes mais baixas, nomeadamente a classe média, baixa e muito baixa.

Efectuando uma comparação com o mapa de perigosidade verifica-se existir alguma coincidência nalgumas freguesias entre estas zonas de mais baixo risco e as zonas de perigosidade também mais baixa, devido às variáveis que foram introduzidas no cálculo do risco como a vulnerabilidade e o valor económico.

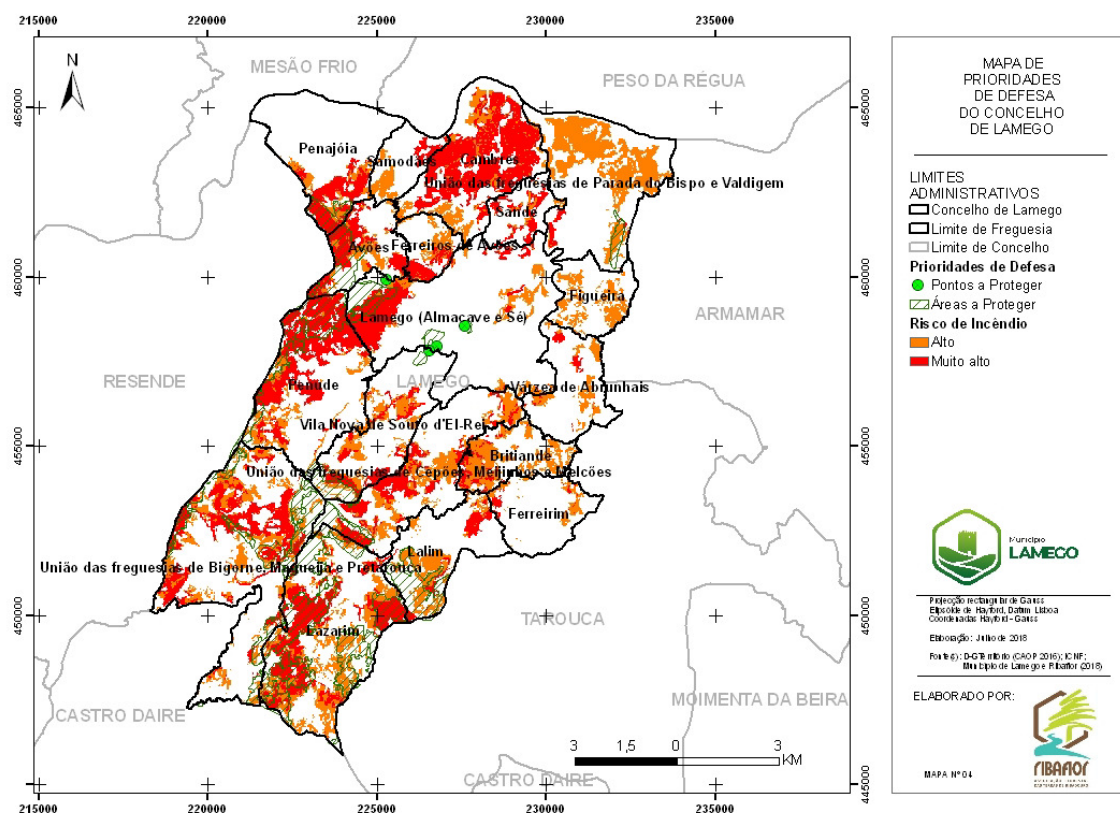
O Risco de Incêndio Rural pretende traduzir os locais, onde será necessário concentrar esforços para o combate a incêndios, com efeitos mais devastadores, quer para equipamentos quer para populações.

2.2.3. Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de Risco de Incêndio Rural alto e muito alto sobre as quais se desenharam os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.

No mapa seguinte, podemos observar as prioridades de defesa estabelecidas actualmente para o concelho de Lamego onde figuram essencialmente, nas áreas a proteger, as áreas florestais e o perímetro florestal de Leomil e nos pontos a proteger, os edifícios localizados próximos do espaço florestal.

Figuram ainda neste mapa as manchas de risco alto e muito alto pelo potencial de perda que representam.



Relativamente à Tipologia dos Concelhos, esta resulta da tipificação definida pelo ICNF com base no nº de ocorrência e área ardida de cada Concelho, para distinguir os grandes tipos de problemas / Soluções associados a incidência de incêndios. Deste modo os concelhos do território continental foram divididos em 4 tipos:

- Poucas ocorrências:
 - pouca área ardida T1
 - muita área ardida T2
- Muitas ocorrências:
 - pouca área ardida T3
 - muita área ardida T4

Com base no diagnóstico do caderno I, o concelho de Lamego enquadra-se na tipologia T4.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.			
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Definir as prioridades de planeamento e execução das infra-estruturas de DFCI face ao risco.	Operacionalizar a ação das CMDF.	As CMDF reúnem 2 vezes por ano e sempre que necessário, acompanhando a operacionalidade e execução do respectivo PMDFCI.
		Apoiar a atividade do Gabinete Técnico Florestal.	Avaliação do desempenho do GTF anualmente. O ICNF mantém uma organização que possibilite a valorização da proximidade com os GTF e CMDF. Funcionamento pleno da CMDF anualmente.
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal.	Criar e manter faixas exteriores de protecção, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios.	A Autarquia monitoriza as faixas exteriores de proteção aos aglomerados, anualmente prevista no PMDFCI.
		Criar e manter faixas exteriores de protecção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.	Anualmente é garantida a segurança destes espaços.
	Implementar programa de redução de combustíveis.	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais.	Manutenção das faixas da Rede Primária e Secundária já executadas até 2018 e execução das restantes no período de vigência do PMDFCI.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
1º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.			
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas Estratégicas	Implementar programa de redução de combustíveis.	Criar faixas de gestão de combustível recorrendo à técnica de fogo controlado, de acordo com o estipulado no plano de fogo controlado.	Realização da técnica de fogo controlado, nas faixas de rede primária pré-estabelecidas no plano de fogo controlado, no período de 2018/2019 e a sua manutenção no período de vigência do PMDFCI, sempre que seja possível.
2º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios <i>- Assenta na necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como o conjunto das actividades que têm por objectivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.</i>			
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população.	Programas de sensibilização, a desenvolver ao nível local, e dirigido a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Anualmente, o Município de Lamego através do GTF, desenvolve estas ações.
	Sensibilização e educação escolar.	Realização de sessões de sensibilização nos Agrupamentos de Escolas de Lamego.	Comemoração anual do dia Mundial da Floresta, com a colaboração de diversas entidades.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
3º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios. <i>- Assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque, só assim, se evitarão grandes incêndios.</i>			
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª Intervenção.	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Melhorar a performance das equipas de Sapadores Florestas	Reduzir o tempo de deslocação desde a deteção do foco de incêndio até à chegada para 1ª intervenção. O GTF recolhe informação trimestral da respetiva atividade
		Implementar ao nível Municipal, em sede de CMDP, medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva.	Anualmente, e durante o 1º trimestre de cada ano, implementar medidas de protecção colectiva a integrar no sistema de vigilância e deteção Municipal.
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz Municipal.	Manutenção anual da: – Vigilância fixa; – Vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa (Forças Armadas, da GNR, da Câmara Municipal, dos Bombeiros e da Equipa de Sapadores Florestais).
			Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
Reforço da capacidade de 1ª Intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª Intervenção	Na elaboração dos POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e dos GIPS da GNR, e, outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, fazer a inventariação dos meios e recursos existentes, para inclusão no POM.
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível Municipal. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Levantamento dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes no Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional.	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes para que possam integrar no TO.
		Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tractores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar os operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.
		Enquadramento operacional das Equipas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	Todas as Equipas fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais nas operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores / Metas
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.	Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo.	Integrar a Equipa de Sapadores Florestais	Anualmente, a equipa de sapadores está disponível para a actuação nas operações de rescaldo.
		Utilizar as máquinas de rasto	Anualmente, assegurar a sua rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.
		Implementar por parte das autarquias medidas que levem as populações, através das J. Freguesia, a aderir a projectos comuns de protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa e colaborar nestas ações.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia. Formação e sensibilização; distribuição de material específico para o efeito.
	Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar, as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando.
4º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas			
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aquando a existência de grandes incêndios.	Elaboração do relatório de estabilização de emergência aquando grandes incêndios. Execução de ações imediatas de minimização de impactes, intervindo em grandes incêndios, nomeadamente para recuperação de infraestruturas afetadas, controle de erosão e proteção de encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda da biodiversidade.
		Avaliar os trabalhos de reabilitação das áreas afectadas	Avaliação e monitorização das ações.
		Avaliar a capacidade de recuperação das áreas ardidas	Incidência em áreas ardidas superiores a 500 hectares.

Objectivos estratégicos	Objectivos operacionais	Acção a desenvolver	Indicadores / Metas
5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. <i>- Assente no pressuposto que para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e protecção e socorro. O nível Distrital, constitui-se como um patamar de um Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito, e com reflexo ao nível nacional.</i>			
Operacionalização da CMDF	Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico.	Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	Articulação de meios.
		Planificação da formação das entidades intervenientes no SDCI.	Identificar as entidades com necessidade de formação a realizar no período de vigência do PMDFCI.
		Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM.	Anualmente é validada esta informação nos POM e aprovada até 15 de Abril.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

4.1. 1º EIXO ESTRATÉGICO

AUMENTO DA RESILÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

4.1.1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Segundo o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto, a rede de defesa da floresta contra incêndios consiste numa malha de faixas de gestão de combustível (FGC) que asseguram três funções:

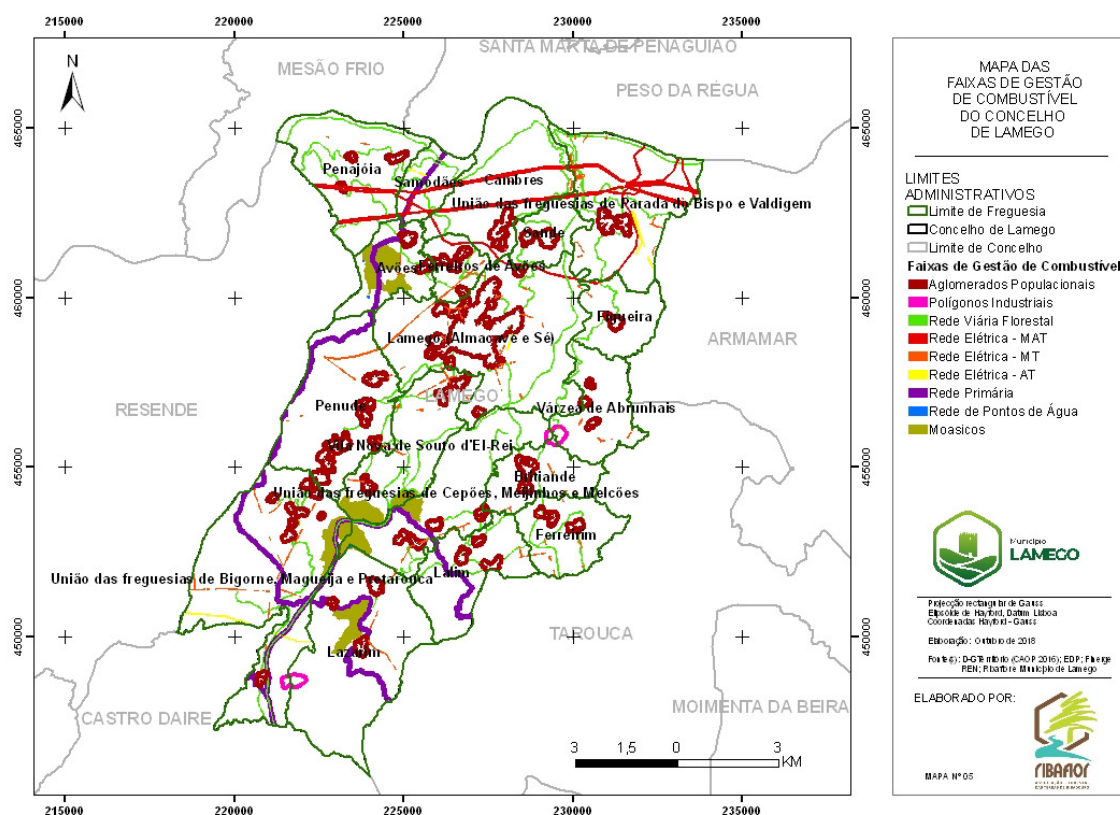
- Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate na frente de fogo ou nos seus flancos;

- Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

- Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas as linhas eléctricas ou a rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

O conselho de Lamego, é constituído por um Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis, que foi complementado com as FGC referentes às linhas eléctricas de muito alta, alta e média tensão, da rede viária florestal, da rede primária, mosaicos, aglomerados populacionais, polígonos industriais e os pontos de água, que se considera ser o suficiente.

No Mapa que a seguir se apresenta, pode verificar-se a distribuição das respetivas faixas de gestão de combustível acima referenciadas, encontrando-se distribuídas pelo concelho de uma forma bastante homogénea e presente.



Na tabela seguinte podemos verificar que o total de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) corresponde a 2.477,06 ha, dos quais, a maior fatia corresponde às faixas referentes aos aglomerados populacionais com 1.020,53 ha e a rede primária com 439,53 ha, seguindo-se as faixas de mosaicos com 375,79 ha, proporcionando assim vastas zonas interessantes ao nível da defesa da floresta contra incêndios.

De salientar ainda o valor referente às faixas de protecção aos aglomerados florestais, que se assumem como prioridade, uma vez que existem algumas aldeias completamente inseridas em espaços florestais, assim como casas isoladas e que poderão ser ameaçadas pelos incêndios.

Relativamente ao total do concelho a percentagem não se apresenta muito significativa mas julga-se ser a suficiente para o conjunto das ações de DFCL.

Distribuição da Área Ocupada por Descrição de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível				
Concelho	Código da Descrição da Faixa / Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)	% de Faixas
Lamego	2	Aglomerados Populacionais	1.020,53	41,20
	3	Polígonos industriais	37,01	1,49
	4	Rede viária florestal	259,51	10,48
	7	Rede elétrica muita alta tensão	266,24	10,75
	8	Rede primária	439,53	17,74
	10	Rede elétrica em média tensão	59,61	2,41
	11	Mosaicos	375,79	15,17
	12	Rede pontos de água	0,84	0,03
	13	Rede elétrica em alta tensão	17,99	0,73
	TOTAL FGC e MOSAICOS		2.477,06	-

4.1.1.2. Rede Viária Florestal

A rede viária florestal constitui um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, servindo com frequência como referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI sendo que a acessibilidade aos espaços florestais constitui um aspecto relevante para o ordenamento florestal.

No contexto da DFCI, a rede viária desempenha três funções fundamentais:

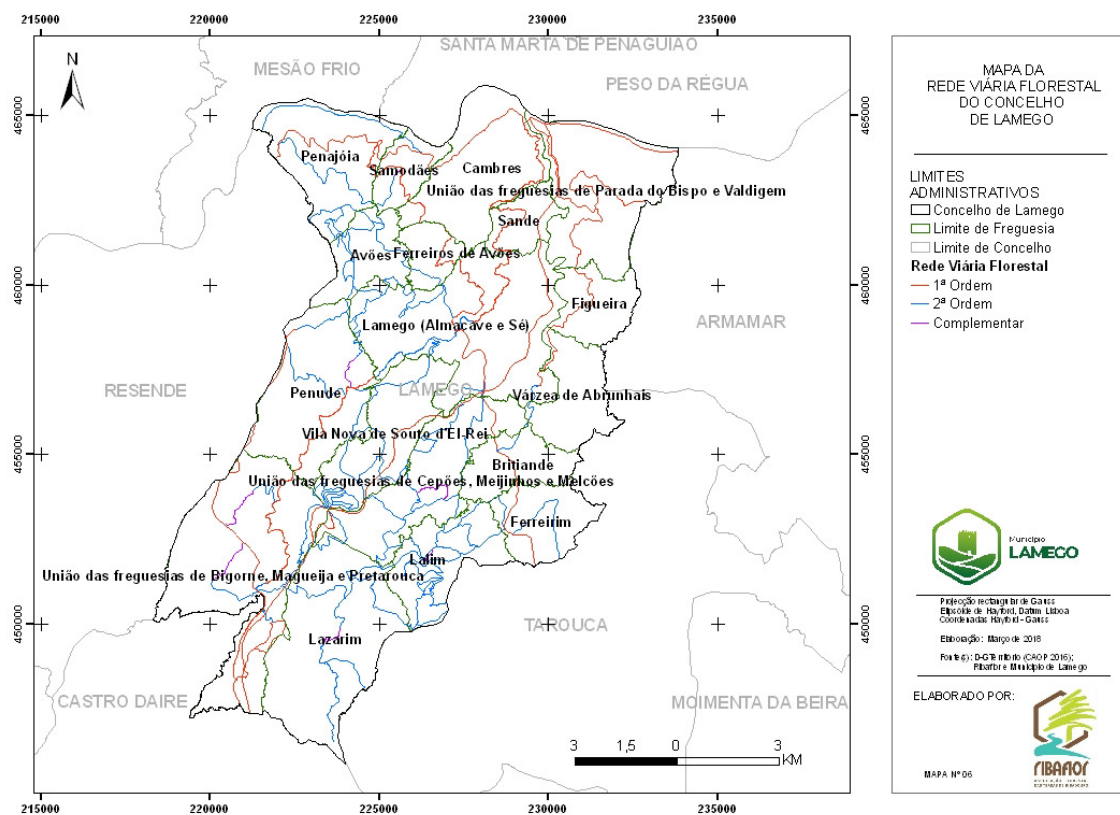
- Rápida deslocação dos meios de combate, não só à zona de fogo mas também aos pontos de reabastecimento de água, combustível, etc;

- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança;

- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa. A rede viária constitui ainda zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. Além das restantes infra-estruturas com relevância para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a existência de cartografia de estradas e caminhos é de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate e para o desenvolvimento de estratégias.

De seguida apresenta-se o Mapa da Rede Viária Florestal para o Concelho de Lamego, no qual estão representados os caminhos florestais de maior relevância no acesso às zonas florestais, tendo sido efectuado o seu levantamento maioritariamente através de GPS.

Não foi considerada toda a rede viária existente no concelho de Lamego, uma vez que seria incomportável apresentar uma densidade tão elevada, num plano desta natureza, bem como a cartografia se tornaria extremamente confusa. Foi tida também em consideração a rede de estradas nacionais e municipais que servem as zonas florestais existentes bem como os caminhos cujo levantamento foi efectuado.



Como se pode observar pela tabela que a seguir se apresenta, a rede viária considerada de relevância em DFCI para o concelho de Lamego atinge um valor total de 272,65 Km considerando-se ser suficiente estando as principais áreas florestais bem servidas deste tipo de infra-estruturas.

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	1ª ordem fundamental	A24	23,19	19,65
		BT.1.01	0,94	0,80
		BT.1.02	0,29	0,25
		BT.1.03	0,35	0,30
		BT.1.04	0,60	0,51
		BT.1.05	0,02	0,02
		BT.1.06	0,10	0,08
		BT.1.07	0,12	0,10
		BT.1.08	1,37	1,16
		BT.1.09	0,02	0,02
		BT.1.10	0,04	0,03
		BT.1.11	0,03	0,03
		BT.1.12	0,03	0,03
		BT.1.13	0,06	0,05
		BT.1.14	0,08	0,07
		BT.1.15	0,03	0,03
		BT.1.16	0,05	0,04
		BT.1.17	0,09	0,08
		BT.1.18	0,04	0,03
		BT.1.19	0,03	0,03
		BT.1.20	0,04	0,03

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	1ª ordem fundamental	BT.1.21	0,03	0,03
		BT.1.22	0,01	0,01
		BT.1.23	0,01	0,01
		BT.1.24	0,01	0,01
		BT.1.25	0,04	0,03
		BT.1.26	0,04	0,03
		BT.1.27	0,13	0,11
		BT.1.28	0,04	0,03
		BT.1.29	0,09	0,08
		BT.1.30	0,04	0,03
		BT.1.31	0,03	0,03
		BT.1.32	0,06	0,05
		BT.1.33	0,03	0,03
		BT.1.34	0,02	0,02
		BT.1.35	0,07	0,06
		BT.1.36	0,02	0,02
		BT.1.37	0,02	0,02
		BT.1.38	0,01	0,01
		BT.1.39	0,01	0,01

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	1ª ordem fundamental	BT.1.40	0,02	0,02
		BT.1.41	0,04	0,03
		BT.1.42	0,10	0,08
		BT.1.43	0,36	0,31
		BT.1.44	0,03	0,03
		BT.1.45	0,19	0,16
		BT.1.46	0,28	0,24
		BT.1.47	0,20	0,17
		BT.1.48	0,25	0,21
		BT.1.49	0,69	0,58
		BT.1.50	1,56	1,32
		BT.1.51	1,41	1,19
		BT.1.52	0,86	0,73
		BT.1.53	0,45	0,38
		BT.1.54	0,65	0,55
		BT.1.55	0,74	0,63
		BT.1.56	0,76	0,64
		BT.1.57	0,01	0,01
		BT.1.58	1,14	0,97

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	1ª ordem fundamental	EM (antiga)	11,46	9,71
		EM542	8,82	7,47
		EN2	24,94	21,13
		EN222	16,62	14,08
		EN226	9,37	7,94
		EN313	8,85	7,50
	2ª ordem fundamental	BT.2.01	1,12	0,76
		BT.2.02	0,01	0,01
		BT.2.03	0,97	0,66
		BT.2.04	1,08	0,74
		BT.2.05	0,86	0,59
		BT.2.06	0,54	0,37
		BT.2.07	0,03	0,02
		BT.2.08	0,09	0,06
		BT.2.09	0,14	0,10
		BT.2.10	0,01	0,01
		BT.2.11	0,01	0,01
		BT.2.12	0,40	0,27
		BT.2.13	0,52	0,35
		BT.2.14	0,34	0,23
		BT.2.15	0,10	0,07

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.16	0,37	0,25
		BT.2.17	0,01	0,01
		BT.2.18	0,01	0,01
		BT.2.19	0,16	0,11
		BT.2.20	2,90	1,97
		BT.2.21	1,14	0,78
		BT.2.22	0,50	0,34
		BT.2.23	1,50	1,02
		BT.2.24	1,02	0,69
		BT.2.25	0,52	0,35
		BT.2.26	0,43	0,29
		BT.2.27	0,23	0,16
		BT.2.28	0,76	0,52
		BT.2.29	0,89	0,61
		BT.2.30	0,02	0,01
		BT.2.31	0,03	0,02
		BT.2.32	0,02	0,01
		BT.2.33	0,22	0,15
		BT.2.34	1,02	0,69
		BT.2.35	0,69	0,47

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.36	0,002	0,001
		BT.2.37	0,04	0,03
		BT.2.38	0,04	0,03
		BT.2.39	0,03	0,02
		BT.2.40	0,08	0,05
		BT.2.41	0,03	0,02
		BT.2.42	0,04	0,03
		BT.2.43	0,09	0,06
		BT.2.44	0,06	0,04
		BT.2.45	0,35	0,24
		BT.2.46	0,02	0,01
		BT.2.47	0,17	0,12
		BT.2.48	0,04	0,03
		BT.2.49	0,14	0,10
		BT.2.50	0,82	0,56
		BT.2.51	0,03	0,02
		BT.2.52	0,06	0,04
		BT.2.53	0,03	0,02
		BT.2.54	0,05	0,03
		BT.2.55	0,08	0,05

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.56	0,95	0,65
		BT.2.57	0,39	0,27
		BT.2.58	0,22	0,15
		BT.2.59	0,001	0,00
		BT.2.60	0,22	0,15
		BT.2.61	0,66	0,45
		BT.2.62	0,14	0,10
		BT.2.63	0,81	0,55
		BT.2.64	0,50	0,34
		BT.2.65	1	0,68
		BT.2.66	0,58	0,39
		BT.2.67	0,09	0,06
		BT.2.68	0,16	0,11
		BT.2.69	0,09	0,06
		BT.2.70	0,10	0,07
		BT.2.71	0,11	0,07
		BT.2.72	0,08	0,05
		BT.2.73	0,06	0,04
		BT.2.74	0,06	0,04
		BT.2.75	0,01	0,01

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.76	0,20	0,14
		BT.2.77	0,02	0,01
		BT.2.78	1,16	0,79
		BT.2.79	0,04	0,03
		BT.2.80	0,02	0,01
		BT.2.81	0,43	0,29
		BT.2.82	0,25	0,17
		BT.2.83	0,03	0,02
		BT.2.84	0,07	0,05
		BT.2.85	0,42	0,29
		BT.2.86	0,09	0,06
		BT.2.87	0,05	0,03
		BT.2.88	0,02	0,01
		BT.2.89	0,03	0,02
		BT.2.90	0,20	0,14
		BT.2.91	2,40	1,63
		BT.2.92	0,01	0,01
		BT.2.93	0,04	0,03
		BT.2.94	0,15	0,10
		BT.2.95	1,27	0,86

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.96	0,001	0,001
		BT.2.97	0,58	0,39
		BT.2.98	0,02	0,01
		BT.2.99	0,33	0,22
		BT.2.100	0,12	0,08
		BT.2.101	0,93	0,63
		BT.2.102	0,02	0,01
		BT.2.103	0,25	0,17
		BT.2.104	0,05	0,03
		BT.2.105	0,47	0,32
		BT.2.106	0,02	0,01
		BT.2.107	0,09	0,06
		BT.2.108	1,41	0,96
		BT.2.109	1,97	1,34
		BT.2.110	0,68	0,46
		BT.2.111	0,59	0,40
		BT.2.112	0,84	0,57
		BT.2.113	0,41	0,28
		BT.2.114	0,12	0,08
		BT.2.115	1,10	0,75

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.116	0,60	0,41
		BT.2.117	0,29	0,20
		BT.2.118	2,71	1,84
		BT.2.119	0,12	0,08
		BT.2.120	0,76	0,52
		BT.2.121	0,13	0,09
		BT.2.122	0,22	0,15
		BT.2.123	3,27	2,23
		BT.2.124	0,31	0,21
		BT.2.125	0,01	0,01
		BT.2.126	0,34	0,23
		BT.2.127	0,13	0,09
		BT.2.128	0,65	0,44
		BT.2.129	0,14	0,10
		BT.2.130	0,76	0,52
		BT.2.131	0,17	0,12
		BT.2.132	0,65	0,44
		BT.2.133	0,62	0,42
		BT.2.134	0,16	0,11
		BT.2.135	0,87	0,59

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.136	0,04	0,03
		BT.2.137	1,07	0,73
		BT.2.138	0,08	0,05
		BT.2.139	0,96	0,65
		BT.2.140	2,56	1,74
		BT.2.141	1,37	0,93
		BT.2.142	0,24	0,16
		BT.2.143	0,51	0,35
		BT.2.144	1,79	1,22
		BT.2.145	0,75	0,51
		BT.2.146	0,24	0,16
		BT.2.147	1,10	0,75
		BT.2.148	0,42	0,29
		BT.2.149	0,75	0,51
		BT.2.150	0,85	0,58
		BT.2.151	0,25	0,17
		BT.2.152	0,73	0,50
		BT.2.153	0,05	0,03
		BT.2.154	0,03	0,02
		BT.2.155	0,03	0,02

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	BT.2.156	0,12	0,08
		BT.2.157	0,06	0,04
		BT.2.158	0,17	0,12
		BT.2.159	0,52	0,35
		BT.2.160	0,56	0,38
		BT.2.161	0,18	0,12
		BT.2.162	0,02	0,01
		BT.2.163	0,84	0,57
		BT.2.164	0,10	0,07
		BT.2.165	1,05	0,71
		BT.2.166	0,28	0,19
		BT.2.167	0,05	0,03
		BT.2.168	0,72	0,49
		BT.2.169	0,19	0,13
		CM 1080	1,04	0,71
		CM 1088	1,31	0,89
		CM 1090	1,64	1,12
		CM 1091	2,79	1,90
		CM 1092	3,04	2,07
		CM 1095	1,58	1,08

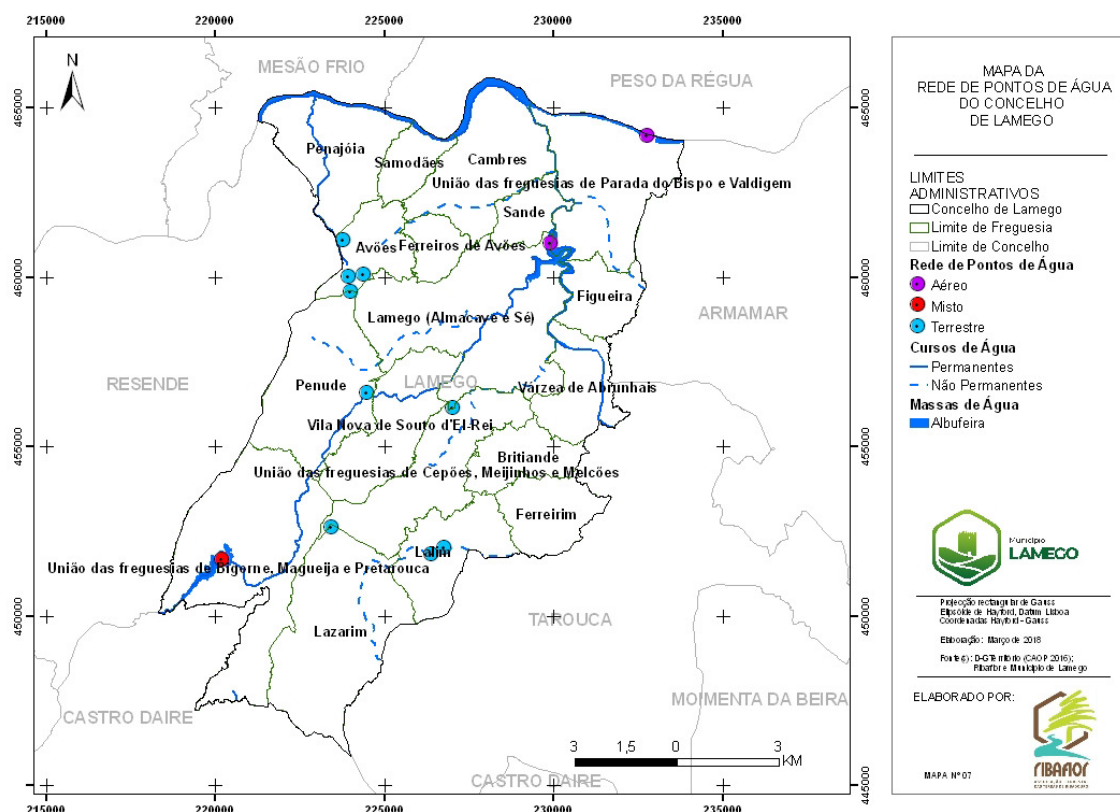
Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	2ª ordem fundamental	EM (antiga)	4,17	2,84
		EM 1067	4,35	2,96
		EM 1081	2,98	2,03
		EM 1082	5,71	3,89
		EM 1083	4,72	3,21
		EM 1086	1,62	1,10
		EM 1096	2,06	1,40
		EM 521	11,52	7,84
		EM 521-1	4,57	3,11
		EM 524	1,63	1,11
		EM 536	2,82	1,92
		EM 536-1	2,93	1,99
		EM 537	5,90	4,02
		EM 539	3,25	2,21
		EM 542	1,35	0,92
		EN2	0,34	0,23
	Rede complementar	BT.3.01	0,55	7,13
		BT.3.02	0,54	7,00
		BT.3.03	1,09	14,14
		BT.3.04	0,11	1,43

Distribuição da Rede Viária Florestal				
Concelho	Classes das vias da RVF (Rede_DFCI)	Designação da RVF	Comprimento (km)	%
LAMEGO	Rede complementar	BT.3.05	0,33	4,28
		BT.3.06	0,41	5,32
		BT.3.07	0,58	7,52
		BT.3.08	0,39	5,06
		BT.3.09	0,46	5,97
		BT.3.10	1,67	21,66
		BT.3.11	0,84	10,89
		BT.3.12	0,73	9,47
	Total RVF 1ª ordem fundamental		118,02	43,29
	Total RVF 2ª ordem fundamental		146,92	53,88
	Total RVF rede complementar		7,71	2,83
	Total RVF		272,65	-

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água enquanto infra-estrutura de apoio ao combate terão que estar absolutamente operacionais, uma vez que a sua importância é estratégica e fundamental para que essa ação de combate possa ser concretizada de uma forma rápida e eficaz reduzindo desse modo a área ardida.

A distribuição deste tipo de Infra-estruturas por todo o concelho deve ser a mais homogénea possível, devendo estar acessível facilmente aos meios de combate necessários.



No Mapa de Pontos de Água apresentado, figuram as estruturas atualmente sinalizadas, estando na sua totalidade validadas no terreno. Esta fase de validação, durante o ano de 2017/2018 incidiu sobre os pontos de água que se consideraram com maior importância estratégica ao nível da DFCI. No total de 12 pontos de água considerados, constituem um valor de reservatório/disponibilidade no valor de 113. 525 777,500 m³.

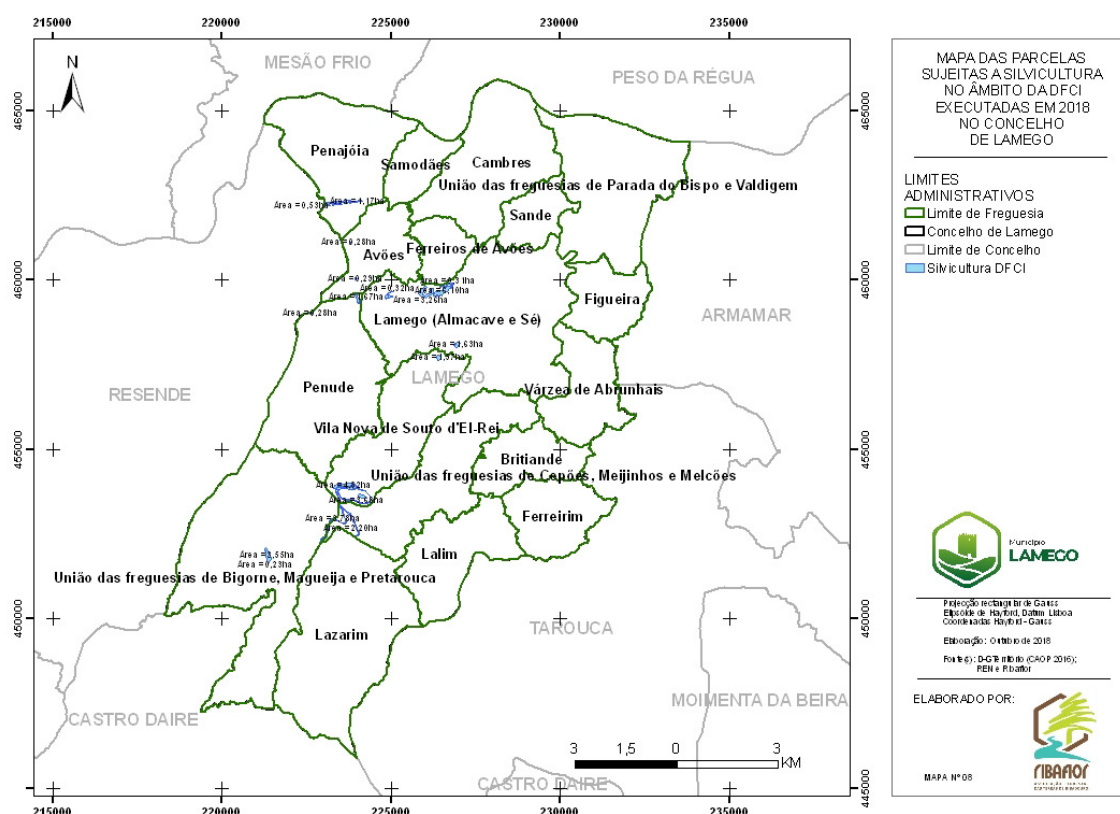
Capacidade da Rede de Pontos de Água					
Concelho	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m3)
LAMEGO	1	214	Charca	1	320
	2	214	Charca	1	1800
	3	214	Charca	1	1200
	4	114	Tanque de rega	1	48
	5	114	Tanque de rega	1	37,50
	6	214	Charca	1	1440
	7	211	Albufeira de barragem	1	95000000
	8	211	Albufeira de barragem	1	14500000
	9	211	Albufeira de barragem	1	4000000
	10	212	Albufeira de açude	1	20000
	11	222	Rio	1	260
	12	222	Rio	1	168
Total				12	
Área de espaços florestais do concelho (floresta + inculto) (ha)				8 294,57	
Densidade de pontos de água (n.º/ha)				0,0017	

4.1.1.4. Silvicultura no âmbito de DFCI

O mapa apresenta as áreas sujeitas a silvicultura preventiva no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, executadas em 2018 no concelho de Lamego.

Foram consideradas as áreas executadas pela equipa de sapadores florestais, nomeadamente faixas de gestão de combustível em volta dos aglomerados populacionais, pontos de água, rede viária florestal, mosaicos e rede primária. Parte da rede primária, foi executada com recurso à técnica de fogo controlado.

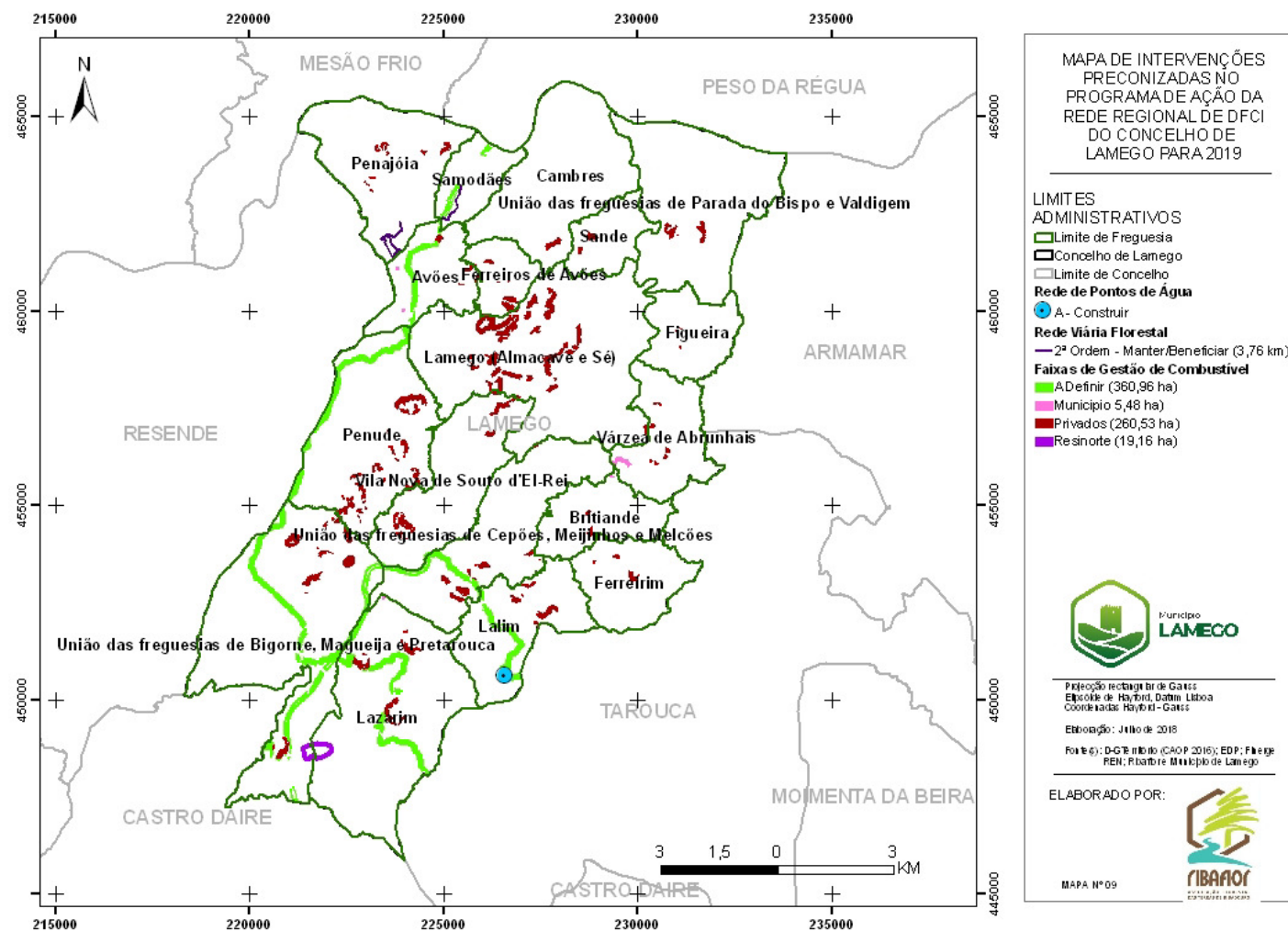
Estão também representadas as áreas executadas pela REN, nas linhas elétricas de muito alta tensão.

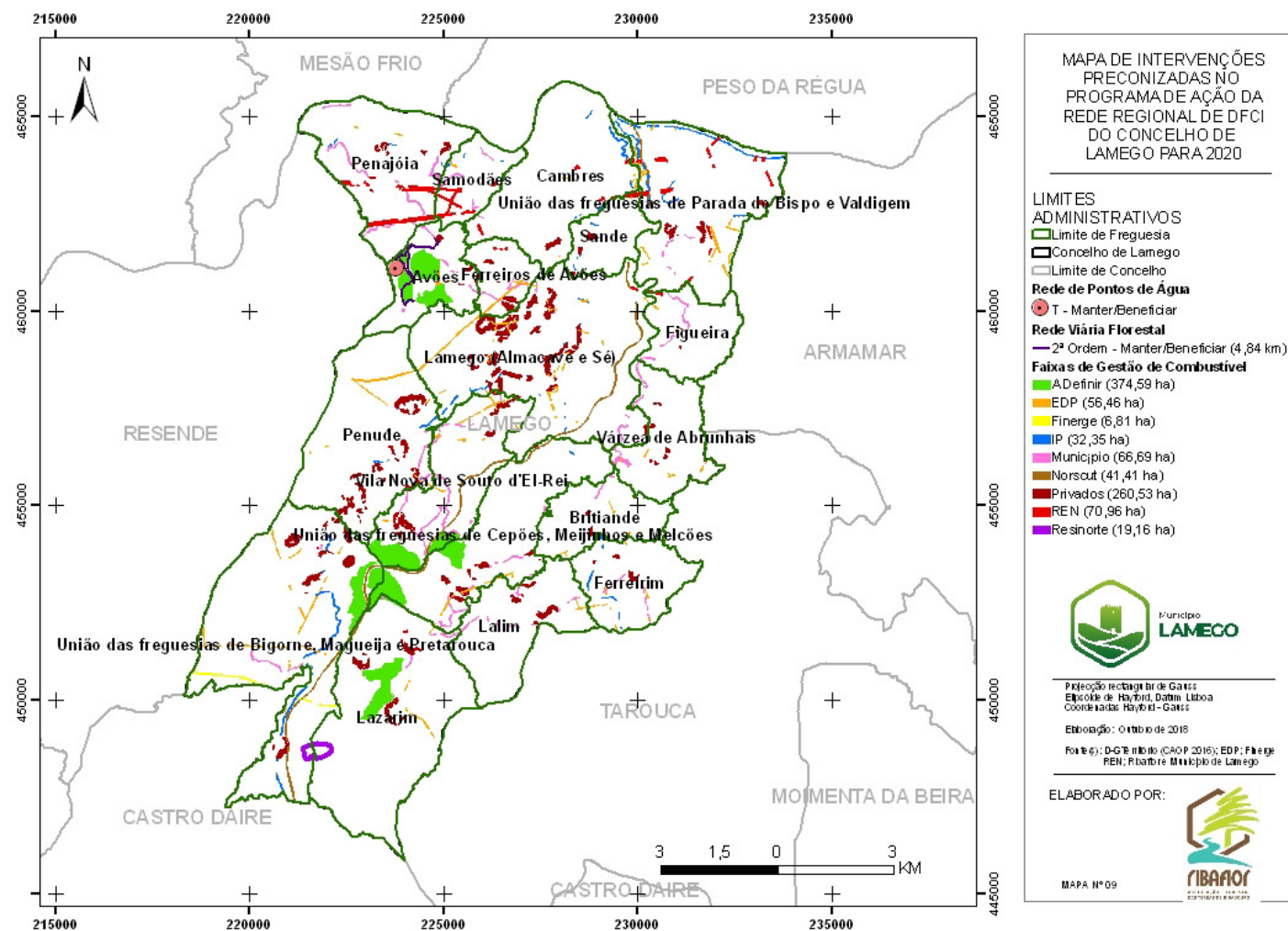


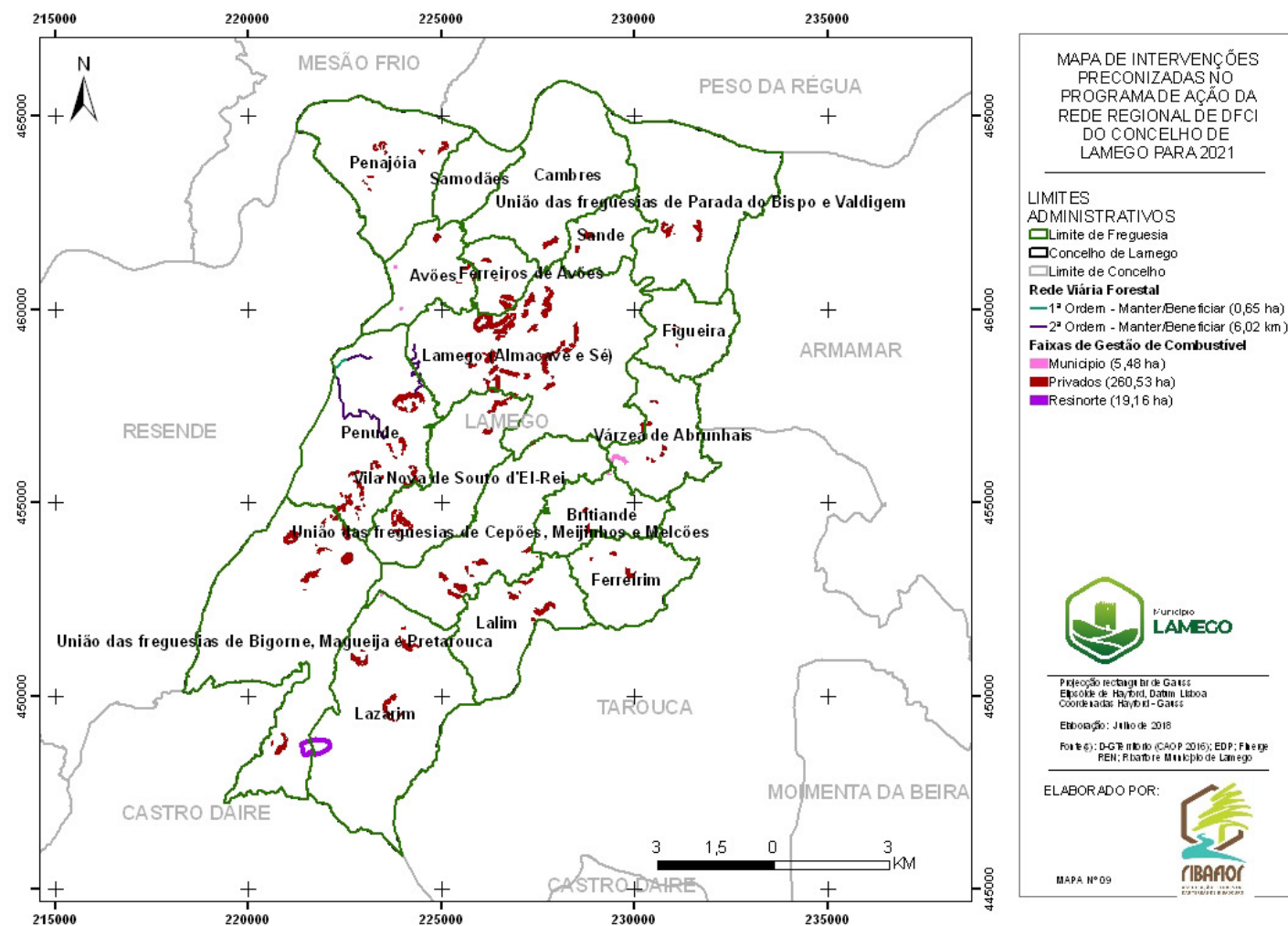
4.1.2. Planeamento das ações

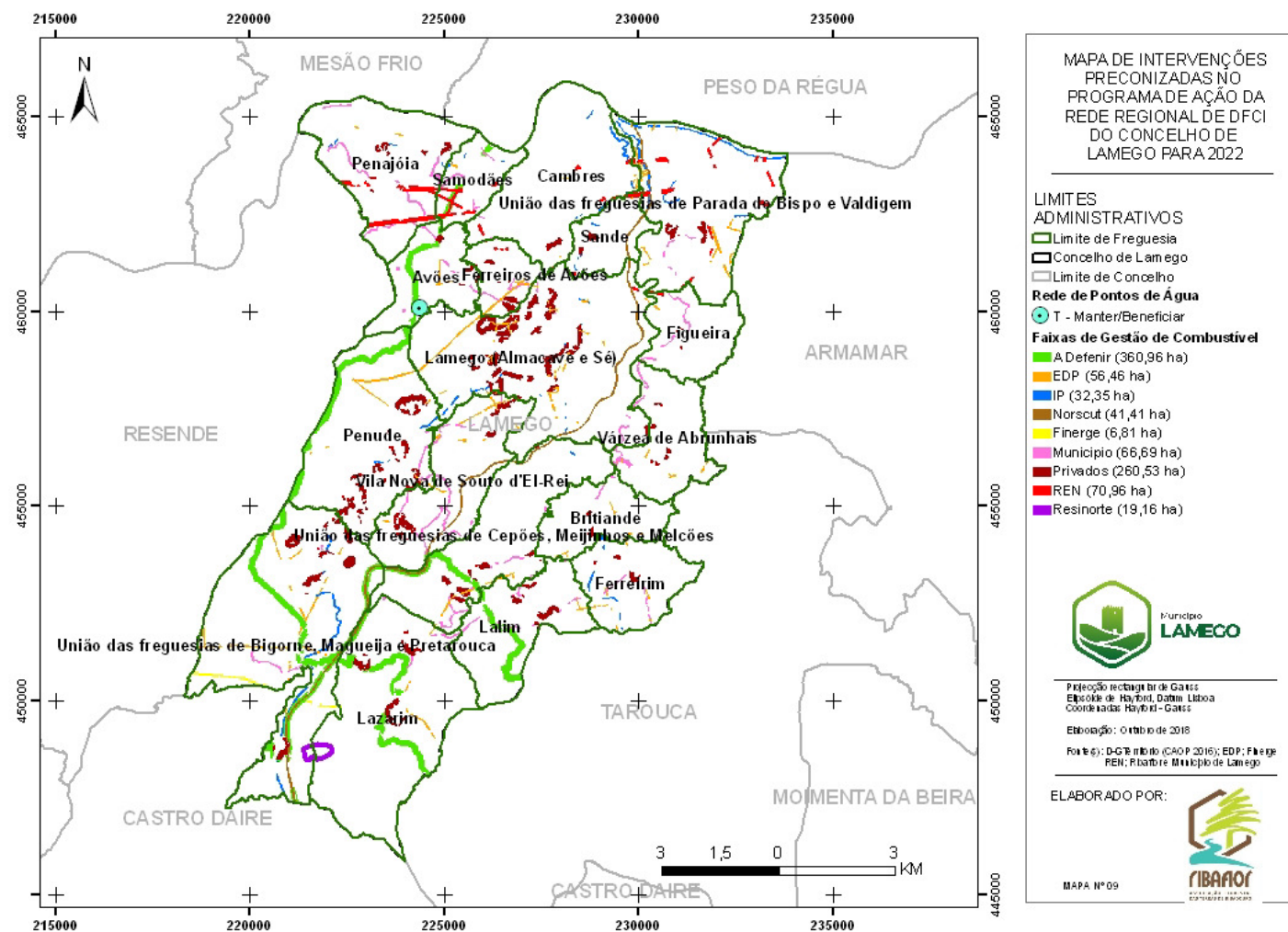
4.1.2.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis

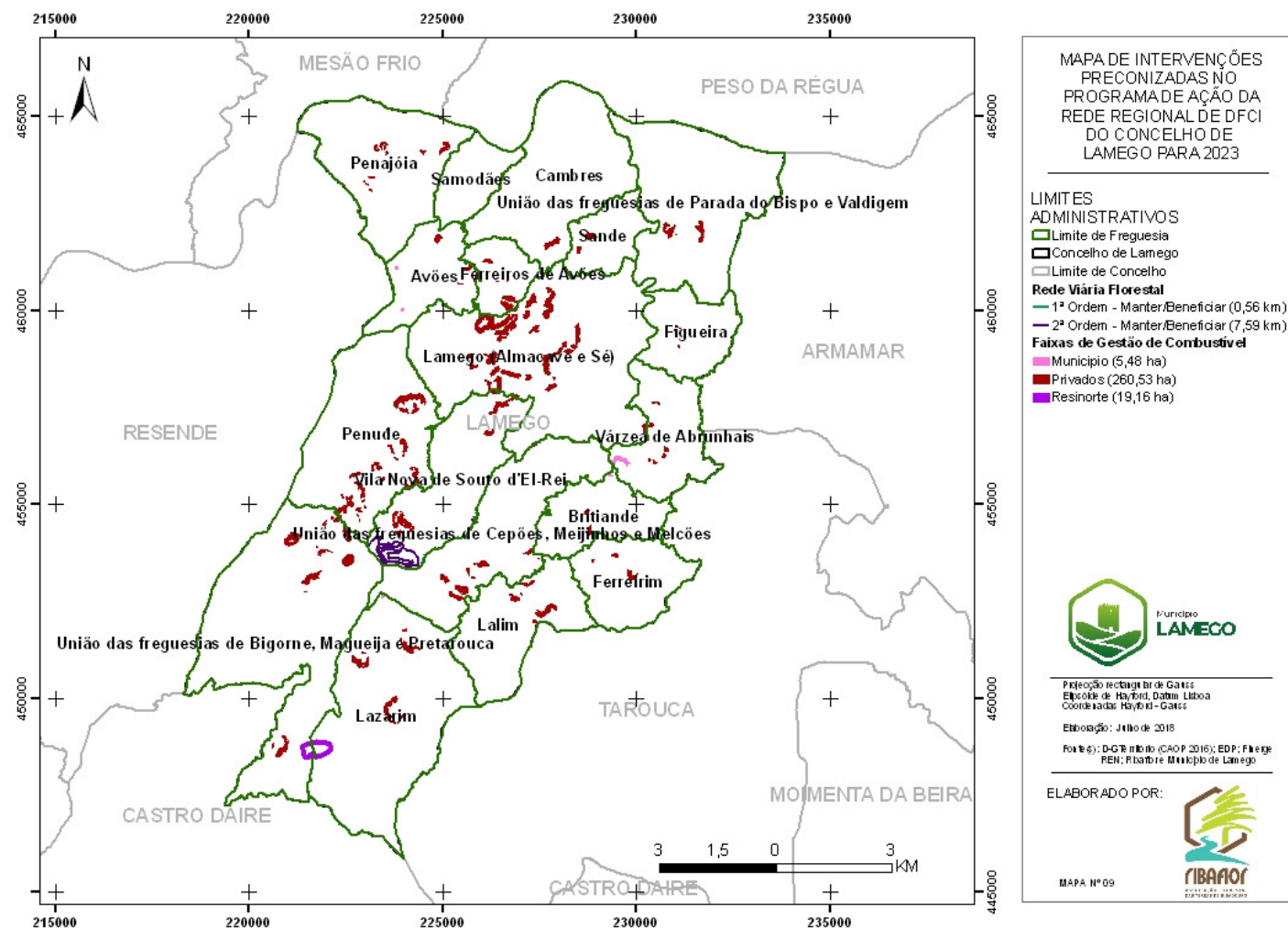
As Faixas de Gestão de Combustíveis e Mosaico de Parcelas estão distribuídas anualmente segundo os seguintes mapas:

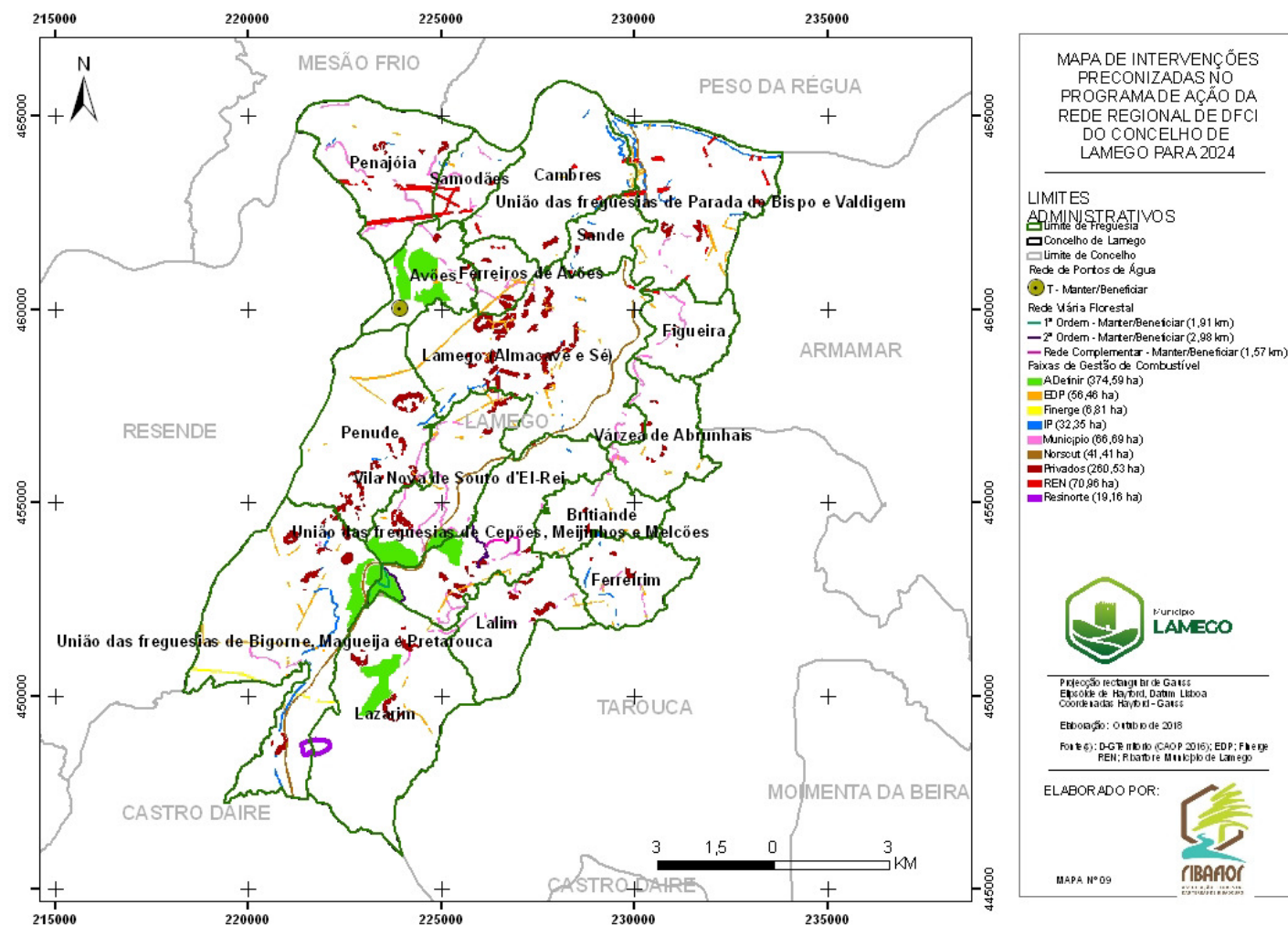


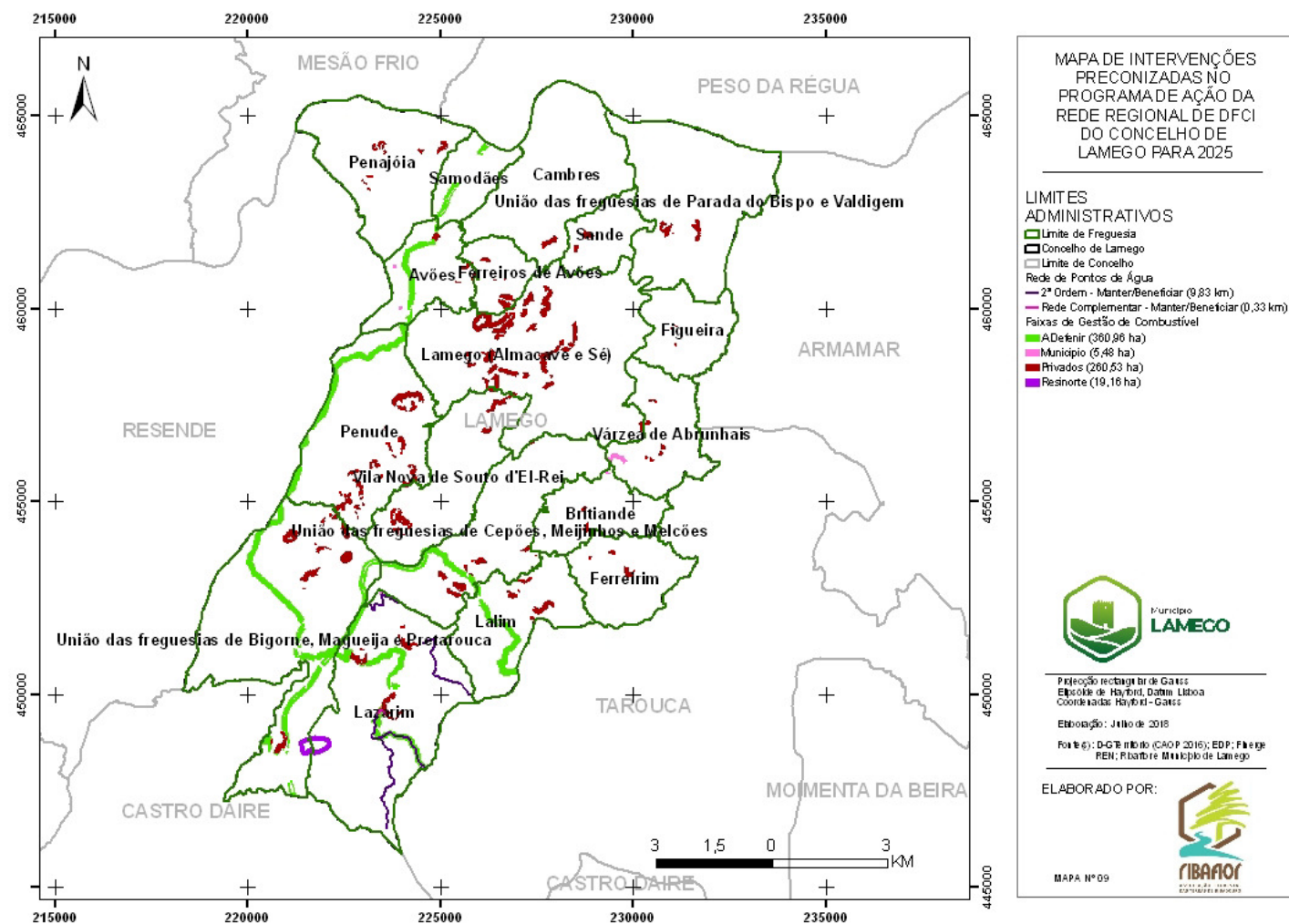


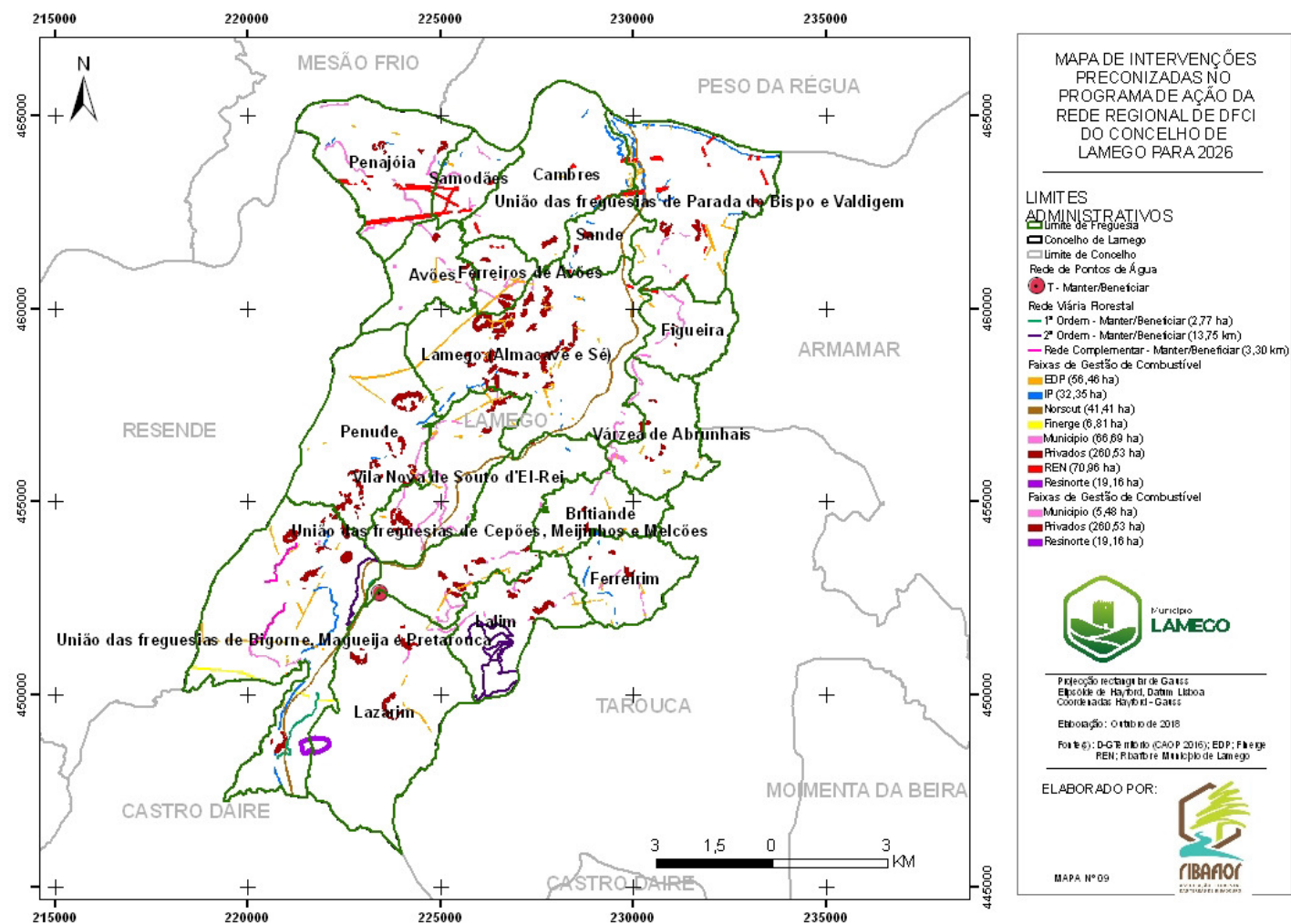


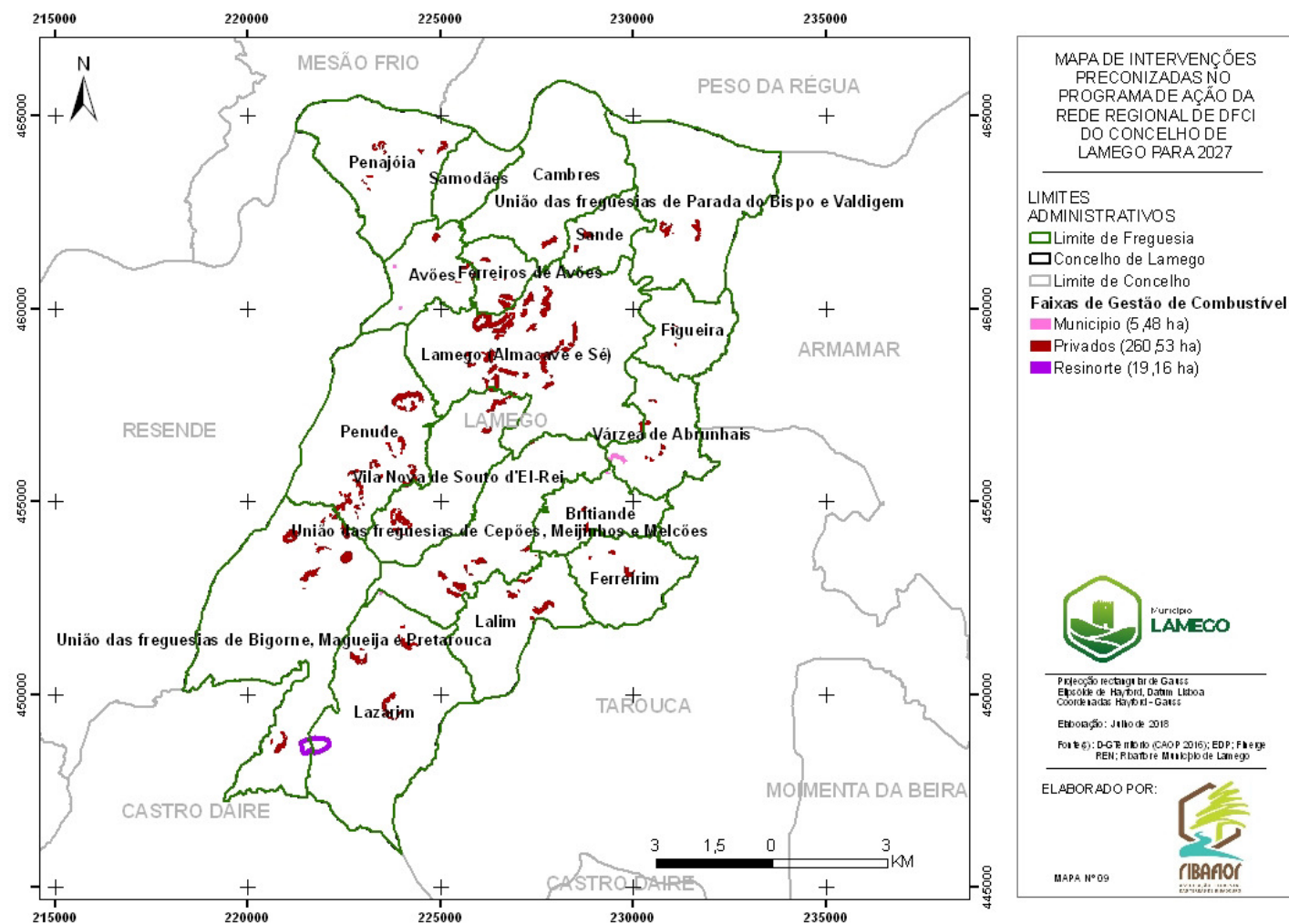


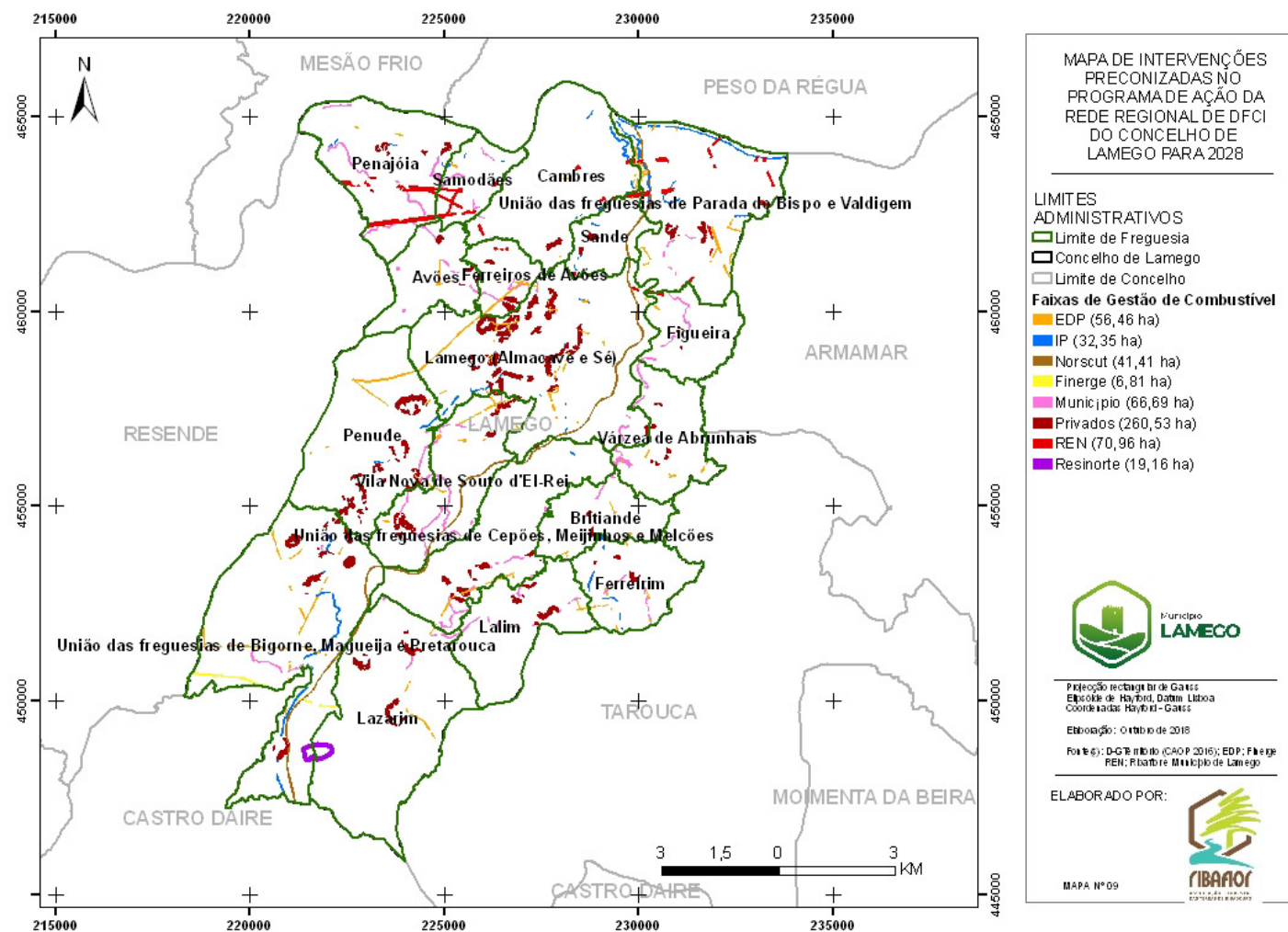












Tendo em conta que o concelho de Lamego faz fronteira com outros concelhos, o sucesso alcançado pela implementação das medidas de DFCI estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa.

As principais infraestruturas DFCI mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, rede elétrica e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCI ao longo do território.

A estratégia adotada para o concelho de Lamego para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços das várias entidades responsáveis e atuar em conjunto.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços. Assim, os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de financiamento. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação.

A maior percentagem de faixas de gestão de combustível a executar no concelho de Lamego, diz respeito às faixas de aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários em causa, pelo que a sua execução poderá igualmente ficar comprometida pela disponibilidade financeira dos mesmos. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.

Foram também marcados alguns mosaicos de parcelas de gestão de combustível, de forma estratégica, que poderão ser úteis no combate a incêndios, ficando a sua gestão dependente essencialmente de candidaturas que se possam vir a efetuar no âmbito do

quadro comunitário, uma vez que também estes mosaicos são maioritariamente de carácter privado.

Em relação às faixas de gestão de combustível da rede elétrica de muito alta, alta e média tensão e rede viária florestal nacional, as entidades responsáveis têm assegurado a sua execução e manutenção através de empresas prestadoras de serviços.

Relativamente à manutenção da rede viária florestal, não municipal, na maioria das vezes, tem vindo a ser assegurada pelo Município, sendo que nem sempre dispõe de disponibilidade financeira, para a execução destes trabalhos, como foi referido anteriormente, pelo que a sua execução estará dependente também de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

O mesmo acontece com os pontos de água, o Município tem feito um esforço para manter operacionais os pontos de água do Concelho, quer pela gestão de combustível nos pontos de água de carácter público quer pela beneficiação da estrutura quando possível, ou por meios próprios da autarquia ou recorrendo também a candidaturas para o efeito. No entanto a maioria dos pontos de água são particulares pelo que a manutenção é da responsabilidade dos mesmos.

A juntar aos pontos de água existentes, está previsto a construção de mais um ponto de água, na Freguesia de Lalim, aguardando a abertura de candidaturas para o efeito.

Relativamente à periodicidade da execução das faixas de gestão de combustível aqui apresentadas para o período de 2019 a 2028, no que diz respeito aos aglomerados populacionais, aos polígonos industriais e pontos de água, prevê-se que sejam executadas todos os anos, tendo em conta a defesa de pessoas e bens. No que diz respeito às faixas de gestão de combustível da rede elétrica e da rede viária florestal, prevê-se a sua execução ano sim, ano não, iniciando em 2019, uma vez que os combustíveis crescem muito rápido, evitando assim acumulação de material combustível inflamável de maiores dimensões e por sua vez, torna a sua execução mais fácil e rápida no futuro. Quanto às faixas de gestão de combustível da rede primária e mosaicos, prevê-se a sua execução mais espaçada, uma vez que a sua execução total, estará dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No caso da existência de interceção de superfícies a submeter a trabalhos de gestão de combustível, sem prejuízo do disposto nos n.ºs. 13 e 14 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, à sua atual redação, deve ser respeitada a seguinte priorização quanto à responsabilidade de execução: 1.º rede elétrica de muito alta tensão; 2.º rede elétrica de alta tensão; 3.º rede elétrica de média tensão; 4.º rede viária nacional; 5.º Rede viária municipal; 6.º aglomerados populacionais; 7.º rede primária e 8.º mosaicos.

4.1.2.2. Rede de FGC e MPGC

Intervenções na Rede de FGC para 2019-2028														
					Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)									
Código da Descrição da Faixa / Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total c/nec. de interv. (ha)	Área total s/nec. de interv. (ha)	Área total da FGC (ha)	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
2	Aglomerados Populacionais	2605,3	0	1.020,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53
3	Polígonos industriais	237,9	0	37,01	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79
4	Rede viária florestal	674,9	0	259,51	0	134,98	0	134,98	0	134,98	0	134,98	0	134,98
7	Rede eléctrica em muita alta tensão	354,8	0	266,24	0	70,96	0	70,96	0	70,96	0	70,96	0	70,96
8	Rede primária	1102,95	0	439,53	367,65	0	0	367,65	0	0	367,65	0	0	0
10	Rede eléctrica em média tensão	254,45	0	59,61	0	50,89	0	50,89	0	50,89	0	50,89	0	50,89
11	Mosaicos	749,18	0	375,79	0	374,59	0	0	0	374,59	0	0	0	0
12	Rede pontos de água	8,4	0	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84
13	Rede eléctrica em alta tensão	61,85	0	17,99	0	12,37	0	12,37	0	12,37	0	12,37	0	12,37
Total (ha)		6049,73	0	2.477,05	652,81	928,95	285,16	922,01	285,16	928,95	652,81	554,36	285,16	554,36

4.1.2.2.1 Regras para as edificações existentes

Relativamente à definição de regras para as edificações existentes e no seguimento do estipulado com o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto:

1 – Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas constantes ao anexo do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, numa faixa com as seguintes dimensões:

- a) Largura não inferior a 50m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;
- b) Largura não inferior a 10m, 15m e 20m, nas zonas classificadas no PMDFCI como muito baixa, baixa e média perigosidade respetivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.
- c) Largura não inferior a 50m, nas zonas classificadas no PMDFCI como alta e muito alta perigosidade respetivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

4.1.2.2.2 Regras para as novas Edificação

Relativamente à definição de regras para as novas edificações, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, regras de acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto, considerando:

- 1 - Proteção e Condicionalismo à Edificação:

Fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade.

A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndios rural definida no PMDFCI como média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

1.1 Faixa de Proteção às Edificações:

a) Em terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;

b) Quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como muito baixa, baixa e média perigosidade têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção de 10 m (muito baixa), 15 m (baixa) e 20 m (média) respetivamente, desde que esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal;

c) Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;

d) Existência de parecer vinculativo do ICNF, solicitado pela Câmara Municipal;

e) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para aquela faixa de proteção.

f) A construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração, pode, em casos excecionais e a pedido do interessado, ser reduzida até 10m a distância à estrema da propriedade da faixa de proteção prevista na alínea a) do n.º 3, do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017 de 17 de Agosto, caso sejam verificadas as seguintes condições a aprovar pela câmara municipal, ouvida a CMDf, decorrente da análise de risco apresentada:

- i) Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
- ii) Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- iii) Existência de parecer vinculativo do ICNF, solicitado pela câmara municipal;
- iv) Para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, é aprovado um normativo que enquadra as regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais, por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das florestas.

g) Aos proprietários de terrenos confinantes com os indicados na alínea anterior não é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto.

h) Os condicionalismos aqui previstos não se aplicam aos edifícios inseridos nas áreas previstas nos n.ºs 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto.

i) As ampliações dos aglomerados populacionais, das infraestruturas, equipamentos e demais áreas mencionadas nos n.ºs 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto ou novas áreas destinadas às mesmas finalidades podem, no âmbito dos planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território, ser admitidas em áreas classificadas na

cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como alta e muito alta perigosidade se verificado cumulativamente o seguinte:

- i) Ser tecnicamente viável a minimização do perigo de incêndio;
 - ii) Serem concretizadas através de unidades operativas de planeamento e gestão que identifiquem as medidas de controlo do risco e o programa de instalação e manutenção das faixas de gestão de combustíveis, de acordo com o estabelecido no referido artigo;
 - iii) Existência de parecer vinculativo do ICNF, solicitado pela câmara municipal.
- j) Os regulamentos municipais devem definir as regras decorrentes das medidas de defesa estabelecidas nos PMDFCI para as áreas edificadas consolidadas.

1.2 Gestão de combustível na faixa e medidas de proteção às habitações:

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50% da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo:

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm:

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm;

e) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;

f) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício;

g) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrados de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.2.3 – RVF

Intervenções (manutenção) da Rede Viária Florestal para 2019-2028													
Rede DFCI	RVF com necessidade de intervenção (KM)	RVF sem necessidade de intervenção (KM)	RVF Total (KM)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (KM)									
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RVF 1ª Ordem	5,89	112,13	118,02	0	0	0,65	0	0,56	1,91	0	2,77	0	0
RVF 2ª Ordem	48,76	98,16	146,92	3,76	4,84	6,02	0	7,58	2,98	9,83	13,75	0	0
Rede Complementar	5,17	2,54	7,71	0	0	0	0	0	1,54	0,33	3,30	0	0
Total (km)	115,26	157,39	272,65	3,76	4,84	6,67	0	8,14	6,43	10,16	19,82	0	0

No mapa e quadros anteriormente apresentados figuram apenas a rede viária relativa aos caminhos florestais de terra batida, que vão ser sujeitos a manutenção. Não se considerou a rede viária nacional e municipal alcatroadas.

4.1.2.4 – RPA

Intervenções (construção/manutenção) da Rede de Pontos para 2019-2028															
Concelho	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação da Rede de Pontos de Água	Classe PA	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C- Construir e/ou M – Manter/Beneficiar)									
						2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
LAMEGO	1	214	Charca	Terreste	320	ESI	M	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
	2	214	Charca	Terreste	1800	ESI	ESI	ESI	M	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
	3	214	Charca	Terreste	1200	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	M	ESI	ESI	ESI	ESI
	6	214	Charca	Terreste	1440	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	M	ESI	ESI
	13	214	Charca	Aéreo	504	C	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
Total				5	5 264										

4.1.3. Metas e Indicadores, Estimativas de Orçamento e Responsabilidades

Metas e Indicadores – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais															
Concelho	Acção		Metas	Unidad es	Indicadores mensuráveis										Total
					2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
LAMEGO	Rede de faixas de gestão de combustíveis	2	Área instalada com recurso a ferramentas moto-manuais	ha	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	260,53	2605,3
		3		ha	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	23,79	237,9	
		4		ha	0	134,98	0	134,98	0	134,98	0	134,98	0	134,98	674,9
		7		ha	0	70,96	0	70,96	0	70,96	0	70,96	0	70,96	354,8
		8		ha	367,65	0	0	367,65	0	0	367,65	0	0	0	1102,95
		10		ha	0	50,89	0	50,89	0	50,89	0	50,89	0	50,89	254,45
		11		ha	0	374,59	0	0	0	374,59	0	0	0	0	749,18
		12		ha	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	8,4
		13		ha	0	12,37	0	12,37	0	12,37	0	12,37	0	12,37	61,85
	Construção e Manutenção da RVF	1	Beneficiação da rede viária florestal	km	0	0	0,65	0	0,56	1,91	0	2,77	0	0	5,89
		2		Km	3,76	4,84	6,02	0	7,58	2,98	9,83	13,75	0	0	48,76
		3		km	0	0	0	0	0	1,54	0,33	3,30	0	0	5,17
	Manutenção de PA	M	Manutenção de Pontos de Água Terrestres	Nº	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		M		Nº	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
		M		Nº	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
		M		Nº	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Construção do PA	C	Construção do PA Aéreo	Nº	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Estimativa de Orçamento (Euros) e Responsáveis – Aumento da Resiliência do território aos Incêndios Florestais														
Concelho	Acção		Responsáveis	Indicadores mensuráveis										Total
				2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
LAMEGO	Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis	2	Privados	208 424	156 318	156 318	156 318	156 318	156 318	156 318	156 318	156 318	260 530	1 719 498
		3	Privados	19 032	14 274	14 274	14 274	14 274	14 274	14 274	14 274	14 274	23 790	157 014
		4	Município / J.Freguesia	0	107 984	0	107 984	0	107 984	0	107 984	0	107 984	539 920
		7	REN	0	85 152	0	85 152	0	85 152	0	85 152	0	85 152	425 760
		8	A definir	441 180	0	0	441 180	0	0	441 180	0	0	0	1 323 540
		10	EDP	0	61 068	0	61 068	0	61 068	0	61 068	0	61 068	305 340
		11	Município / J.Freguesia	0	449 508	0	0	0	449 508	0	0	0	0	899 016
		12	Privados / Município	504	504	504	504	504	504	504	504	504	504	5 040
		13	Finerge	0	14 844	0	14 844	0	14 844	0	14 844	0	14 844	74 220
	Construção e Manutenção da RVF	1	Município / J.Freguesia	0	0	1040	0	896	3 056	0	4 432	0	0	9 424
		2	Município / J.Freguesia	4 512	5 808	7 224	0	9 096	3 576	11 796	16 500	0	0	58 512
		3	Município / J.Freguesia	0	0	0	0	0	1 463	313	3 135	0	0	4 911
	Manutenção do PA	M	Município / J.Freguesia	0	1 000	0	0	0	0	0	0	0	0	1 000
		M	Município / J.Freguesia	0	0	0	1 000	0	0	0	0	0	0	1 000
		M	Município / J.Freguesia	0	0	0	0	0	1 000	0	0	0	0	1 000
		M	Município / J.Freguesia	0	0	0	0	0	0	0	1 000	0	0	1 000
	Construção do PA	C	J.Freguesia / Baldio Lalin	40 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000

Os valores apresentados são de referência e têm por base os valores atualmente praticados pelos prestadores de serviços nas áreas em causa.

No que diz respeito às áreas cuja responsabilidade é da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia verificam-se ser orçamentos extremamente elevados não tendo estas entidades capacidade financeira para a sua total execução pelo que, se está dependente de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

4.2. 2º EIXO ESTRATÉGICO

REDUZIR A INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

4.2.1. Avaliação

4.2.1.1 Comportamentos de Risco

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Agricultores	Limpeza de solo Agrícola	Queima de combustíveis agrícolas	Valdigem	Abril	6
População	Vandalismo	Fogo por prazer de destruir	Avões	Agosto	1
Pastores	Renovação de Pastagens	Queima de matos e herbáceas	Magueija	Março	31
Agricultores	Borraheiras	Queima de restos de agricultura	Sande	Fevereiro	23
Festeiros	Festa do Mártir S. Sebastião	Uso de fogo de artifício	Lamego (Almacave)	Janeiro	20-22
	Festa em Honra de N.ª Sra. das Candeias	Uso de fogo de artifício	Avões	Fevereiro	5
	Festas em Honra de S. Brás	Uso de fogo de artifício	Meijinhos	Fevereiro	4
	Festa em Honra de N.ª Sra. das Candeias	Uso de fogo de artifício	Ferreiros de	Fevereiro	4
	Festa em Honra do Sr. Ressuscitado Sr.ª da Guia	Uso de fogo de artifício	Medelo	Abril	16-17
	Festas de S. Pedro	Uso de fogo de artifício	Pende	Julho	1-2
	Festas em Honra Do Senhor do Calvário	Uso de fogo de artifício	Britiande	Julho	8
	Festas em Honra de Nossa Senhora da Glória	Uso de fogo de artifício	Lalim	Julho	8-9
	Festas em Honra de N.ª Sr.ª da Ajuda	Uso de fogo de artifício	Souto - Covo	Agosto	15-16
	Festas em Honra do Santíssimo Salvador	Uso de fogo de artifício	Penajóia	Agosto	5
	Festas em Honra de S. Tiago	Uso de fogo de artifício	Magueija	Julho	30

Grupo alvo	Comportamento de Risco				
	O quê?	Como?	Onde?	Quando	
Festeiros	Festas em Honra do Sr. da Ponte	Uso de fogo de artifício	Penude de baixo	Agosto	6
	Festas em Honra N. Sra. do Rosário	Uso de fogo de artifício	Penude	Agosto	14-15
	Festas em Honra do Sr. De Aflição	Uso de fogo de artifício	Cambres	Julho	29-31
	Festas em Honra de N.a Sra. da Encarnação	Uso de fogo de artifício	Lazarim	Agosto	5
	Festas em Honra de N.a Sra. de Fátima	Uso de fogo de artifício	Parada do Bispo	Agosto	5-6
	Festas em Honra de N.a Sra. da Piedade	Uso de fogo de artifício	Lalim	Agosto	19-20
	Festas em Honra de Sta. Bárbara	Uso de fogo de artifício	Britiande	Agosto	12-13
	Festas em Honra do Sagrado Coração de Jesus	Uso de fogo de artifício	Parada do Bispo	Julho	9
	Lançamento de fogo de artifício para as Festas em Honra de Nossa Senhora do Socorro	Uso de fogo de artifício	Cambres	Agosto	16
	Festas em Honra de Sta. Barbara	Uso de fogo de artifício	Várzea de Abrunhais	Agosto	26-27
	Festas em Honra de Santa Eufémia	Uso de fogo de artifício	Parada do Vi	Setembro	17
	Festas em Honra de N.ª S.ª dos Meninos	Uso de fogo de artifício	Lamego (Sé)	Setembro	16-17
	Festas em Honra de N.ª Sr.ª da Conceição	Uso de fogo de artifício	Valdigem	Dezembro	7-8
	Festas em Honra do Menino Jesus	Uso de fogo de artifício	Ferreirim	Dezembro	23-26
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão
Proprietários Florestais / Agricultor	Realização de queima de sobranes	Sem considerar as medidas de segurança	Todo o Concelho	Primavera e Verão	Primavera e Verão

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que achamos pertinentes.

Apresentam-se aqui também apenas algumas situações concretas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, limpeza do solo agrícola e borralheiras, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

4.2.2.1 Fiscalização

De acordo com o solicitado no guia técnico de elaboração do PMDFCI, o NPA do concelho de Lamego elaborou um total de 23 Autos de Notícia por contra-ordenação no âmbito DFCI, sendo que 15 dos Autos foram elaborados por falta de gestão de combustíveis (art.º 15, do DL nº 124/2006 de 28 de Junho à sua atual redação), cinco por realização de queimadas sem licença e três por realização de queimas de sobranes, conforme consta no quadro abaixo.

Autos de Contra Ordenação (CO) no Ano de 2017			
Área de Actuação	Entidade	Tipo de Auto	Nº de Autos Levantados
Concelho de Lamego	NPA	Gestão de Combustível	15
	NPA	Queimadas	5
	NPA	Queimas	3
Total			23

4.2.2. Planeamento das ações do 2º Eixo Estratégico

4.2.2.1. Sensibilização da População

Adaptando-nos à realidade e ao resultado do conhecimento geral dos grupos-alvo apresentam-se as possíveis ações a serem desenvolvidas, neste concelho, no âmbito deste eixo estratégico.

Objectivo Estratégico: Conceber uma Campanha de Sensibilização destinada a educar e sensibilizar a população deste concelho, perspectivando a melhoria e o conhecimento das causas dos incêndios e as suas motivações.

Objectivos operacionais: A Campanha de Sensibilização dirigir-se-á à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, Caçadores e Proprietários/Produtores Florestais. É alvo desta sensibilização também a população escolar educando e sensibilizando as crianças em idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Salientam-se ainda outros objectivos que se enquadram no âmbito deste plano de sensibilização, tais como:

- preservar o património florestal comum, em especial, a sensibilização para as questões florestais neste concelho;
- contribuir para saber viver e reconhecer a floresta enquanto elemento essencial para o equilíbrio ecológico e ambiental;
- fazer perceber a floresta enquanto riqueza nacional e fomentar o espírito de cidadania.

Assim, torna-se necessário divulgar e sensibilizar a população para todos os riscos inerentes a uma floresta mal cuidada, não se aceitando esta realidade como um fatalismo, valendo a pena equacionar a hipótese de que todos podemos e devemos proteger um bem comum e vital.

As actividades que constituem o plano de acção decorrerão enquadradas com o cronograma que se apresentará mais adiante. No quinquénio anterior (2013-2017) foram efectuadas algumas sessões de sensibilização tendo esta câmara através do GTF diligenciado ações de sensibilização por todo o concelho. Preconiza-se novamente as mesmas ações para o Concelho, para o período de vigência deste plano, salvaguardando sempre que parte delas estão sujeitas e dependentes da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

A sensibilização que se pretende realizar apresenta várias iniciativas:

- I. Elaborar panfletos e material didáctico;
- II. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nas juntas de freguesia;
- III. Realizar ciclos de sessões de sensibilização nos agrupamentos de escolas, assinalando e comemorando datas especiais – 21 de Março (Dia Mundial da Floresta).

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização								
Acção	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2019	2020	2021	2022	2023
Elaboração panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Agrupamento de Escolas de Lamego	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			Concepção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático		2000 Panfletos 1500 Lápis
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As três Juntas de maior concentração populacional	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.			Uso do fogo durante o período crítico		Educação ambiental e florestal
Sessões de sensibilização no Agrupamento de Escolas de Lamego	21 de Março	Agrupamento de Escolas de Lamego	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua protecção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

Sensibilização da População - Ações de Sensibilização

Acção	Data	Local	Objetivos	Indicadores				
				2024	2025	2026	2027	2028
Elaboração panfletos e material didático	Antes do Período Crítico	Juntas de Freguesia e Agrupamento de Escolas de Lamego	Pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.				2000 Panfletos 2000 Autoclantes	
Ações de Sensibilização nas Juntas de Freguesia	Antes do Período Crítico	As três Juntas de maior concentração populacional	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.		Uso do fogo durante o período crítico		Educação ambiental e florestal	
Sessões de sensibilização no Agrupamento de Escolas de Lamego	21 de Março	Agrupamento de Escolas de Lamego	Com a realização destas sessões pretende-se contribuir para a sensibilização e informação dos alunos para a importância da floresta e sua protecção, com ênfase na prevenção dos incêndios florestais.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

4.2.2.2. Fiscalização

Por se considerar todo o Concelho prioritário não se apresentam as zonas prioritárias.

4.2.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento da Sensibilização e Fiscalização

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2019	2020	2021	2022	2023
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.			Conceção de design do material gráfico, panfletos, autocolantes e material didático		2000 Panfletos 1500 Lápis
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta actividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma activa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a actualidade, as sessões anuais devem abordar sub-temas da sensibilização estruturante.			Uso do fogo durante o período crítico		Educação ambiental e florestal
Realizar sessões de sensibilização no Agrupamento de Escolas de Lamego	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta actividade contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

Sensibilização da População – Metas e Indicadores						
Ação	Metas	Indicadores				
		2024	2025	2026	2027	2028
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.				2000 Panfletos 2000 Autoclantes	
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar sub-temas da sensibilização estruturante.		Uso do fogo durante o período crítico		Educação ambiental e florestal	
Realizar sessões de sensibilização no Agrupamento de Escolas	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março) Esta atividade contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta	Comemoração do dia Mundial da Floresta

No enquadramento em que a floresta portuguesa é encarada como uma efectiva prioridade nacional, e regional, importa mudar profundamente a relação da sociedade com a floresta, agindo de forma concertada no sector florestal e criando condições para a implementação de ações de natureza estrutural cuja concretização imediata se impõe face à necessidade de dar primazia à gestão e preservação do património florestal existente em harmonia com as actividades humanas.

Sendo assim a sensibilização dos cidadãos para o risco de ignição, propagação de incêndios e para a importância da fileira florestal é um importante objectivo deste plano.

Para que a Sensibilização seja eficaz torna-se necessário efectuar um estudo para determinar os grupos-alvo de modo a poder-se efectuar um melhor planeamento das ações a implementar junto de cada grupo.

Relativamente à fiscalização e tendo em conta o diagnosticado anteriormente, apresentam-se as metas e indicadores para o período de vigência do PMDFCI.

Fiscalização - Metas e Indicadores (2019 a 2023)						
Ação	Metas	Indicadores				
		2019	2020	2021	2022	2023
Fiscalização das actividades relacionadas com a gestão de combustível em espaços florestais	Redução do nº de autos levantados	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente

Fiscalização - Metas e Indicadores (2024 a 2028)						
Ação	Metas	Indicadores				
		2024	2025	2026	2027	2028
Fiscalização das actividades relacionadas com a gestão de combustível em espaços florestais	Redução do nº de autos levantados	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente	Reduzir em 50% o nº de autos levantados nas tipologias apresentadas anteriormente

Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis												
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)									
			2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Elaboração de panfletos e material didático	Com a elaboração e edição de panfletos, pretendem-se divulgar as ações de sensibilização a toda a população, de uma forma simples e elucidativa sobre os riscos de incêndio florestal, bem como, da importância de saber viver na floresta. Os panfletos são do tipo tríptico. O material didático será dirigido ao grupo alvo da população escolar uma vez que dessa forma conseguem apreender mais facilmente a informação que se quer passar.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCI)	0	0	500	0	1 500	0	0	0	1 700	0
Realizar sessões de sensibilização nas juntas de freguesia	Com esta atividade pode dar-se a conhecer à população em geral, salientando os Agricultores, Pastores, caçadores e Proprietários e Produtores Florestais todos os riscos inerentes aos incêndios florestais, bem como a sua prevenção, de uma forma simples e clara. Estes ciclos de sessões devem realizar-se durante os anos preconizados e deverão decorrer nos três meses que antecedem o período crítico de incêndios florestais, ou no mês imediato, a título de balanço e recomendação para o ano seguinte. É imprescindível chegar aos cidadãos de uma forma ativa, de modo a que também eles possam cooperar, expondo as suas dúvidas e as suas ideias. No intuito de manter a atualidade, as sessões anuais devem abordar sub-temas da sensibilização estruturante.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCI)	0	0	2 000	0	2 000	0	2 000	0	2 000	0
Realizar sessões de sensibilização nos Agrupamentos de Escolas de Lamego	Pretende assinalar-se a data relevante relacionada com as actividades de sensibilização nas escolas. Assim, considera-se a seguinte data: Dia Mundial da Floresta (21 de Março). Esta atividade contempla diversas ações, tais como, visitas às escolas, entre outros, pretendendo-se que estas datas especiais sejam sempre lembradas.	GTF (em parceria e/ou colaboração com OPF e demais intervenientes na DFCI)	600	600	600	600	600	600	600	600	600	600
Total			600	600	3 100	600	4 100	600	2 600	600	4 300	600

Como se pode observar pelo quadro atrás apresentado a responsabilidade da sensibilização preconizada passa pelo Município sendo que, para fazer face às despesas a Câmara irá estar dependente da aprovação de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

No que diz respeito à orçamentação desta área da fiscalização apresenta-se apenas o orçamento referente à ação do GTF uma vez que para as outras entidades é difícil essa quantificação.

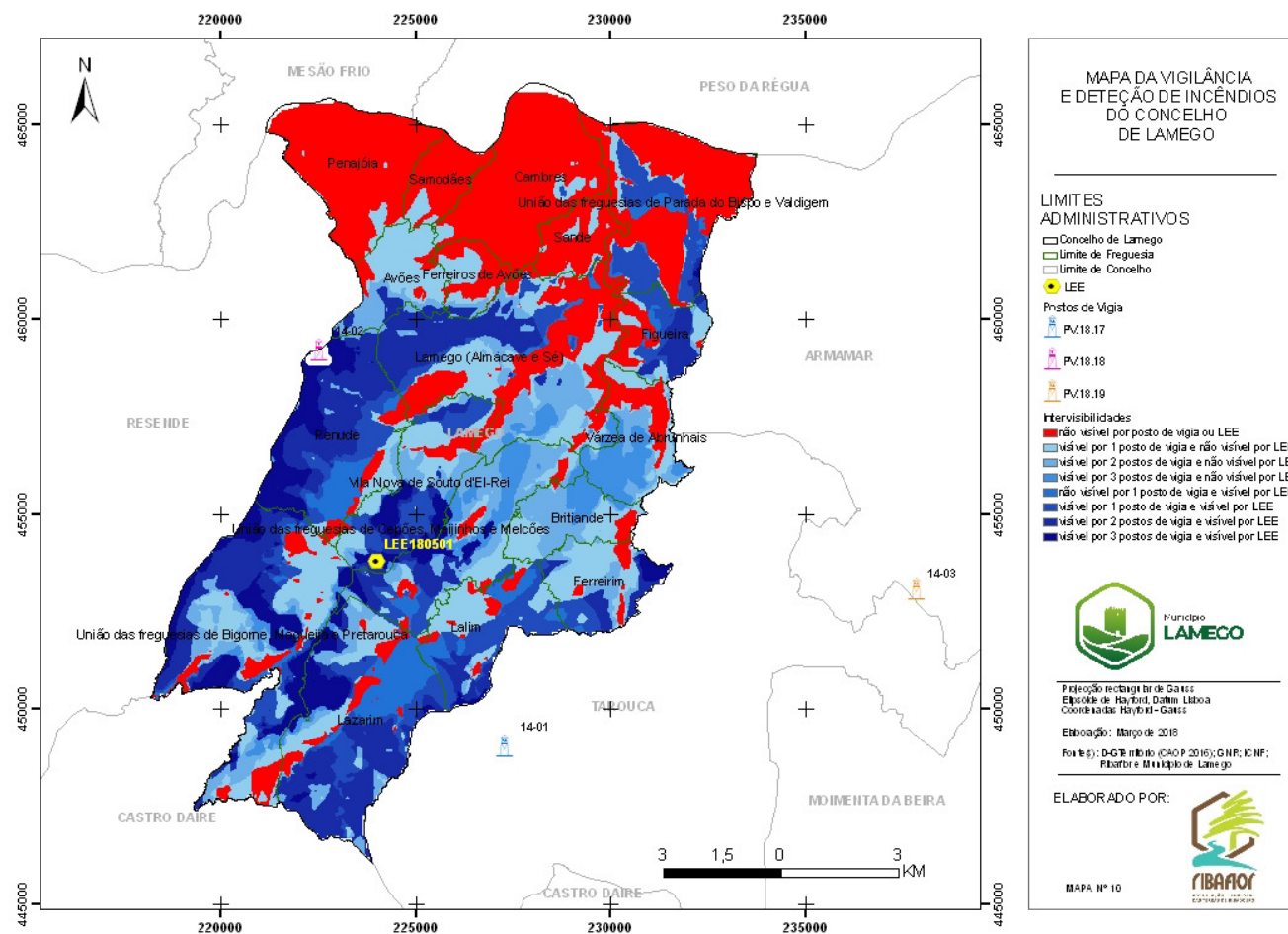
Fiscalização – Estimativa de Orçamento e Responsáveis												
Acção	Metas	Responsáveis	Orçamento (euros)									
			2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Fiscalização das actividades relacionadas com o fogo em espaços florestais	Redução do nº de incêndios	GTF	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Total			2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000

4.3. 3º EIXO ESTRATÉGICO

MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1. Vigilância e Detecção

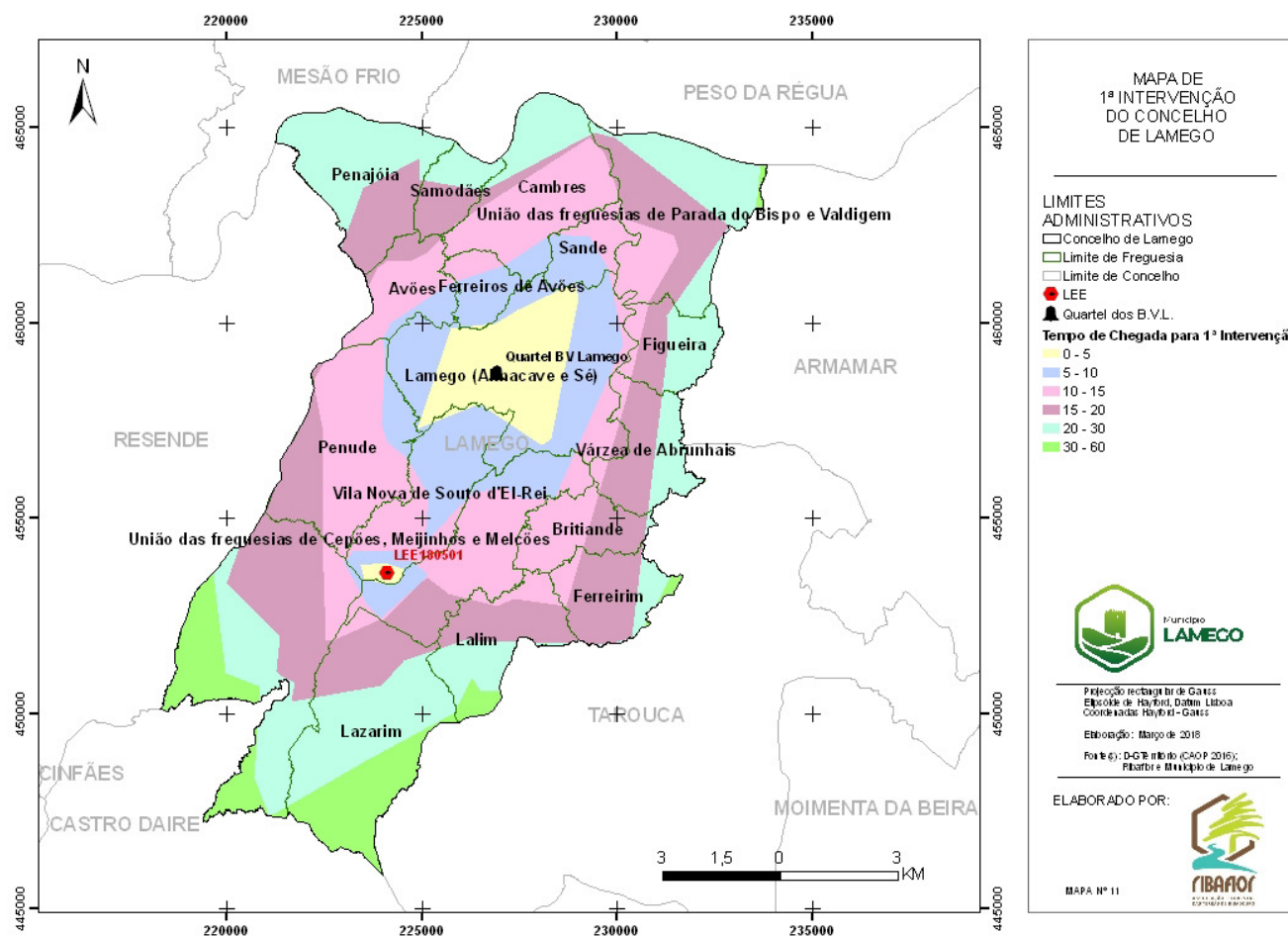


Índice entre o número de incêndios e o número total de equipas de Vigilância (2017)				
NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL		2017		
		Nº de Equipas	Nº de Incêndios	Índice
Nível I	1 Jan a 14 Mai	4	42	10,5
Nível II	15 Mai a 31 Mai	4	0	0
Nível III	1 Jun a 31 Jun	4	12	3
Nível IV	1 Julh a 30 Set	4	28	7
Nível III	1 Out a 15 Out	4	14	3,5
Nível II	16 Out a 31 Out	4	3	0,75
Nível I	1 Nov a 31 Dez	4	11	2,75

Relativamente ao nº de equipas existentes, correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, GNR (Comando territorial), GIPS e postos de vigia, contabilizando uma equipa cada.

Os dados aqui apresentados, são referentes ao ano de 2017, uma vez que até ao momento da apresentação do PMDFCI, o ano de 2018 ainda não se encontra concluído.

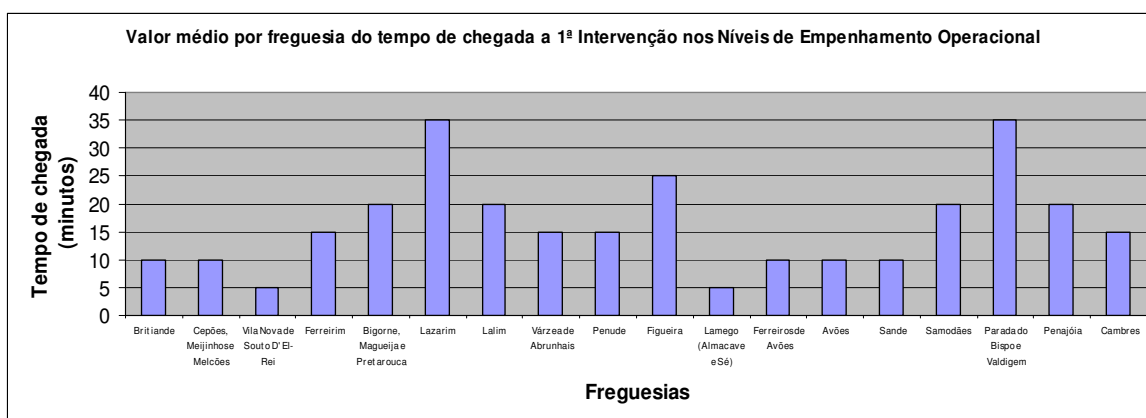
4.3.1.2. 1ª Intervenção



Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2017)					
NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL		2017			
		Nº de Equipas	Nº de Elementos	Nº de Incêndios	Índice
Nível I	1 Jan a 14 Mai	3	77	42	14
Nível II	15 Mai a 31 Mai	3	77	0	0
Nível III	1 Jun a 31 Jun	3	77	12	4
Nível IV	1 Julh a 30 Set	3	77	28	9,33
Nível III	1 Out a 15 Out	3	77	14	4,66
Nível II	16 Out a 31 Out	3	77	3	1
Nível I	1 Nov a 31 Dez	3	77	11	3,66

De referir que na níveis de empenhamento operacional as equipas existentes correspondem à equipe de sapadores florestais deste concelho, bombeiros voluntários de Lamego e GNR, contabilizando uma equipa cada. Nos Níveis II, III, IV, os bombeiros poderão apresentar mais que uma equipa. O gráfico abaixo indica o tempo de chegada para a 1ª Intervenção, sendo que se considera o mesmo tempo de chegada em todas as fases de perigo.

Os dados aqui apresentados, são referentes ao ano de 2017, uma vez que até ao momento da apresentação do PMDFCI, o ano de 2018 ainda não se encontra concluído.



4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio

ANO	Nº REACENDIMENTOS
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	0
2012	11
2013	22
2014	2
2015	1
TOTAL	36

Entre o período de anos de 2002 a 2015 registaram-se 36 reacendimentos, sendo que o ano que mais reacendimentos registou, foi o ano de 2013, contabilizando-se 22 reacendimentos. Verificou-se ainda reacendimentos nos anos de 2012, 2014 e 2015, contabilizando-se 11, 2 e 1, respetivamente. Verifica-se um número de reacendimentos bastante elevado, pelo que seria de todo conveniente a diminuição ou mesmo a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

4.3.2. Planeamento das Ações

4.3.3. Metas e Indicadores, Responsabilidades e Estimativas de Orçamento

Apresentam-se de seguida as metas genéricas, no que se refere a este 3º eixo estratégico, para todo o concelho, incidindo sobretudo na área florestal existente. Assim, em todos os anos e durante todo o ano, estas ações têm incidência na totalidade da área florestal.

Metas e Indicadores – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2019 a 2023)											
Concelho	Acção	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis						
					2019	2020	2021	2022	2023	Total	%
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, contribuir para a dissuasão.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.								
	1ª Intervenção	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.								
	Combate	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a eficácia na resposta ao alerta e no ataque de modo a reduzir a área ardida.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Toda a área florestal 8294,57 ha	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.								

Metas e Indicadores – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2024 a 2028)												
Concelho	Acção	Área total	Metas	Unidades	Indicadores mensuráveis				2028	Total	%	
					2024	2025	2026	2027				
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, contribuir para a dissuasão.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%	
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.									
	1ª Intervenção	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%	
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.									
	Combate	Toda a área florestal 8294,57 ha	Aumentar a eficácia na resposta ao alerta e no ataque de modo a reduzir a área ardida.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%	
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Toda a área florestal 8294,57 ha	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	ha	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	8 294,57	100%	
			Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita.									

No que à orçamentação do 3º eixo diz respeito torna-se difícil a sua apresentação, para as várias entidades envolvidas, uma vez que algumas funcionam até ao nível intermunicipal, de modo que se refere apenas a previsão do orçamento para as actividades que serão levadas a cabo pelo ICNF, tendo em conta a equipe de sapadores florestais existentes no concelho de Lamego.

Orçamento das Ações Propostas – Vigilância e Deteção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2019 a 2023)								
Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
				2019	2020	2021	2022	2023
Todo o Concelho	Vigilância e Deteção	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, contribuir para a dissuasão.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflores – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
	1ª Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflores – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflores – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
TOTAL				60 000	60 000	60 000	60 000	60 000

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego

Orçamento das Ações Propostas – Vigilância e Detecção, 1ª Intervenção, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio (2024 a 2028)								
Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)				
				2024	2025	2026	2027	2028
Todo o Concelho	Vigilância e Detecção	Aumentar a detecção de incêndios nascentes para diminuir a área ardida e ao mesmo tempo, contribuir para a dissuasão.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
	1ª Intervenção	Aumentar a eficácia na primeira intervenção de modo a diminuir o número de grandes incêndios e consequentemente a área ardida.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
	Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Implementar e efectivar o rescaldo e a vigilância pós-incêndio de forma diminuir os reacendimentos.	Protocolo entre o ICNF e a Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
		Equipa de Sapadores Florestais em protocolo com o Município de Lamego a contribuir também para a meta acima descrita						
TOTAL				60 000	60 000	60 000	60 000	60 000

4.4. 4º EIXO ESTRATÉGICO

RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS

4.4.1. Avaliação

4.4.1.1. Estabilização de Emergência

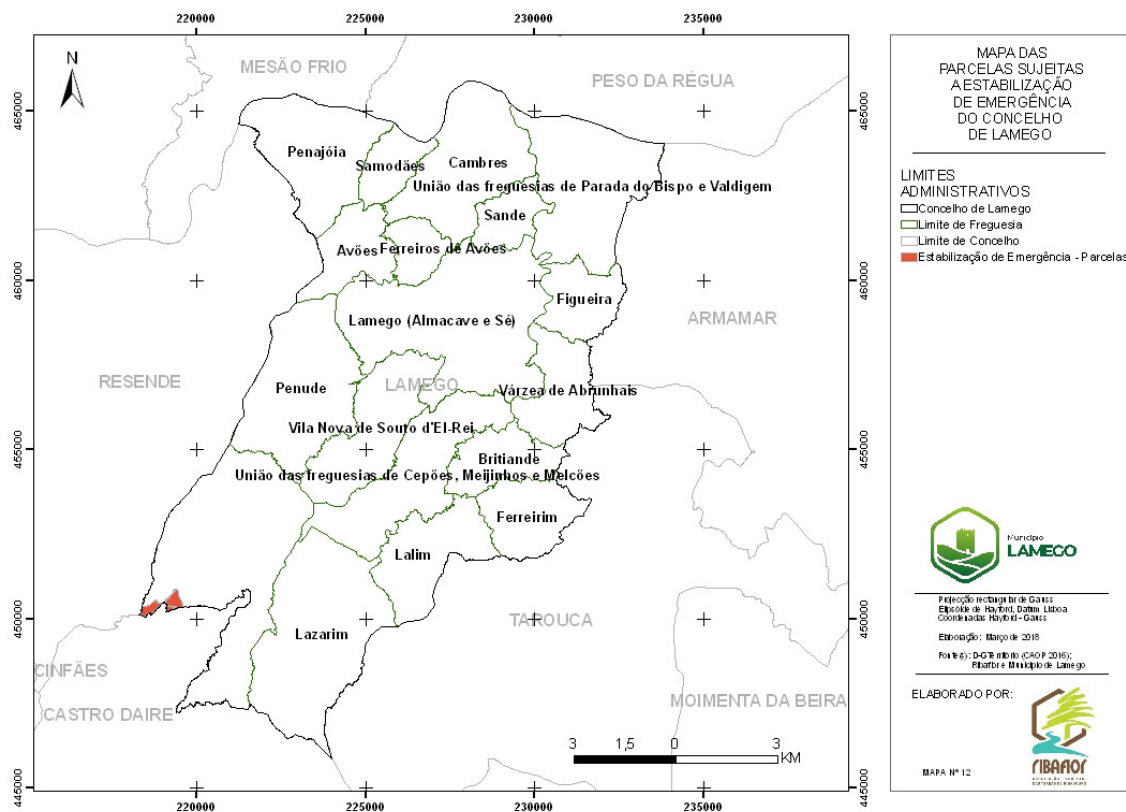
Neste ponto o objetivo será identificar áreas possíveis de restabelecer o potencial florestal e infraestruturas de proteção danificadas por agentes abióticos.

Na sequência de um grande incêndio que decorreu em 2017, o Município de Lamego teve a oportunidade de apresentar uma candidatura no âmbito da estabilização de emergência pós-incêndio para a área afetada. Este incêndio teve origem num concelho vizinho, e de acordo com o relatório de estabilização de emergência do ICNF, a área ardida neste concelho foi tida em consideração e levada a cabo por este Município, recorrendo a uma candidatura ao abrigo do programa de financiamento do PDR2020.

A área ardida incidiu sobretudo na proximidade da linha de água principal, o rio balsemão, e circundou a albufeira de Pretarouca. Atendendo ao local afetado e tendo em conta as consequências futuras, uma vez que se trata de uma albufeira de abastecimento urbano, teve de ser ter especial atenção, nas intervenções a realizar, para evitar contaminação das águas.

Atendendo ao fato do ano em questão ter sido fustigado pelos incêndios a nível de todo o território nacional e segundo o REE (Relatório de Estabilização de Emergência) do ICNF sobre a área ardida que abrangeu também o concelho de Lamego, mais concretamente na união de freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, o Município, viu aqui a possibilidade de poder efetuar algum trabalho no que concerne ao controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas e na prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água, englobando aqui a instalação de faixas de proteção, através da plantação nas margens da linha de água.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego



O projeto de investimento teve por objetivo a proteção e melhoria da estrutura do solo por aplicação de cobertura vegetal, a regularização do regime hidrológico das linhas de água e instalação de faixas de proteção nas linhas de água, através da plantação de espécies ripícolas.

As intervenções a executar consistem:

- Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas, através da proteção e melhoria do solo por aplicação de cobertura vegetal;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação das linhas de água, através da regularização do regime hidrológico;
- Diminuição da perda de biodiversidade através da instalação de faixas de proteção, na linha de água, recorrendo à plantação.

No momento da apresentação deste plano, o projeto de estabilização de emergência pós-incêndio já se encontrava em fase de adjudicação da obra, pelo que ainda durante o ano de 2018, o projeto será executado.

Apesar de não se terem verificado mais situações semelhantes nos últimos anos, este Município, prevê já algumas ações a efetivar no âmbito da estabilização de emergência, aquando a ocorrência de um grande incêndio, nomeadamente:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo de erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda da biodiversidade.

4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e habitats Florestais

Neste parâmetro não existe ainda, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, apresentam-se de seguida algumas ações a desenvolver e cuja programação se apresentará no seguimento deste documento.

4.4.2. Planeamento

4.4.2.1 Estabilização de Emergência e Reabilitação de povoamentos e habitats

Prevê-se para, o período de vigência deste Plano, a elaboração de um guia de procedimentos a adotar para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Das ações a desenvolver no âmbito do atrás descrito após o estudo e recolha de informação sobre os assuntos abordados, preconiza-se:

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Regeneração Natural

A limpeza de matos não deve constituir uma ameaça à regeneração natural. A condução da regeneração natural existente é uma das medidas de florestação mais inteligentes a utilizar.

É necessário intervir à medida que a regeneração natural se desenvolve. Os elementos mais interessantes têm de ser preservados, para que venham constituir o andar de espécies dominantes. No concelho há algumas zonas de regeneração em que tem de se intervir. Os cuidados culturais a ter em conta são as limpezas de mato, desbastes do andar dominado e desramações nos andares dominantes, para que as novas árvores cresçam bem conformadas.

As manchas de vegetação autóctone, a par da vegetação ripícola e dos lameiros, constituem efectivas barreiras naturais à propagação de incêndios. Deste modo, preconiza-se a limpeza e condução de manchas ou núcleos de regeneração natural autóctone sempre que as suas características possam vir a possibilitar a criação de áreas de contenção de fogos.

Promover Ações de Silvicultura em Zonas de Linhas de Água

Nas linhas de água, que devido à elevada sensibilidade ecológica e paisagística que apresentam, será prevista a realização de limpezas manuais ligeiras a moderadas, ao longo das que apresentem maior acumulação de combustível susceptível de promover a propagação de fogo, de forma a aumentar o “efeito-tampão” produzido por estes locais.

Assim, a gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência (devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade do combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climáticas e edáficas desfavoráveis).

Promover Ações de Gestão de Pastagens

O uso do fogo controlado constituirá uma ferramenta importante para gerir os matos inconvenientes em zonas de pastoreio, evitando desta forma o fogo intencional (causas humanas).

Dever-se-ão promover pastagens melhoradas, sempre que possível, nas zonas desarborizadas.

Promover Ações em Áreas Desarborizadas com Características Especiais

Também no âmbito da silvicultura preventiva poderão ser instaladas cortinas de abrigo, com o objectivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes. Estas deverão estar estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas (fundos de vales com elevada pendente, cumeadas, portelas, cristas de escarpa ou faixas de protecção a linhas eléctricas) e ser perpendiculares à direcção predominante do vento.

Actividades de Estudo	Calendarização	Responsabilidade
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	De 1/01/2019 até 30/06/2020	GTF
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	De 1/01/2021 até 30/06/2022	GTF
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	De 1/01/2023 até 30/06/2024	GTF
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	De 01/01/2019 até 31/12/2019; De 01/01/2021 até 31/12/2021; De 01/01/2023 até 31/12/2023; De 01/01/2025 até 31/12/2025; De 01/01/2027 até 31/12/2027	GTF

Orçamento das Ações Propostas – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas (2019 a 2028)											
Ações	Responsáveis	Indicadores mensuráveis (euros)									
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Cadastro de áreas de Pastoreio e Pastores	GTF	0	2 000	2 000	0	0	0	0	0	0	0
Cadastro de áreas com reconhecida importância de Regeneração Natural	GTF	0	0	0	2 000	2 000	0	0	0	0	0
Levantamento das Manchas Florestais de espécies autóctones a defender	GTF	0	0	0	0	0	2 000	2 000	0	0	0
Monitorização das linhas de água para identificação de eventuais situações que necessitem de Intervenção	GTF	0	1 000	0	1 000	0	1 000	0	1 000	0	1 000
Total		0	3 000	2 000	4 000	2 000	3 000	2 000	1 000	0	1 000

Apenas se apresenta o orçamento para o estudo sendo que o orçamento para as ações decorrentes do mesmo se apresentará apenas quando se verificar condições de execução das mesmas.

4.5. 5º EIXO ESTRATÉGICO

ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

3.5.1 Avaliação

Tipo de Formação	Entidade a Formar	N.º de Elementos
Apoio Fogo Controlado	Sapadores Florestais	5
Reciclagem	Sapadores Florestais	5
Chefe de Equipa	Sapadores Florestais	5
4548 / Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5
3108 / Caracterização da floresta portuguesa	Sapadores Florestais	5
3113 / Factores edafo-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5
3121 / Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5
3120 / Normas de protecção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho florestal	Sapadores Florestais	5
5379 / Cartografia - noções básicas	Sapadores Florestais	5
3127 / Prevenção de incêndios florestais	Sapadores Florestais	5
4552 / Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5
3119 / Agrimensura, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5
3125 / Legislação aplicável à actividade florestal	Sapadores Florestais	5
5377 / Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5
3733 / Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5
3731 / Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5
3122 / Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5
4546 / Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5
5378 / Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5
5380 / Contabilidade e gestão florestal - noções básicas	Sapadores Florestais	5

3.5.1.1 Formação

Neste momento apenas apresentamos as necessidades de formação para a equipe de sapadores florestais deste Concelho e para o GTF, já que outras entidades têm formação própria.

3.5.2 Planeamento das Ações

3.5.2.1 Organização SDFCI

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego

SDFCI – Competências de Coordenação e Competências significativas												
Áreas e vertentes Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017		Prevenção Estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do Território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e Patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	reg										
Outros proprietários e Gestores Florestais		loc		nac/reg/dist/mun								
Municípios	CMDP/GTF	mun		mun/loc								
	ANPC	mun		mun/loc								
	Outros Serviços Municipais			mun/loc								
Juntas de Freguesia		loc										
Exército	Engenharia Militar											
	Outras unidades											
Equipa de Sapadores Florestais												
Entidades Detentoras de Máquinas												
Entidades Gestoras de Zonas de Caça												
GNR	GIPS			loc								
	SEPNA			loc								
	Brigadas Territoriais											
ANPC	CNOS/Meios Aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
	Equipas de Combate a Incêndios											
Bombeiros Voluntários de Lamego (com EIP)				mun/loc								
Municípios, proprietários florestais e visitantes												

nac- nacional, reg- regional, dist- distrital, mun- municipal, loc- local

	Sem intervenção significativa		Com competências significativas		Com competências de coordenação		Deveres cívicos
--	--------------------------------------	--	--	--	--	--	------------------------

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego

			Orçamento									
Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Apoio Fogo Controlado	Sapadores Florestais	5	0	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0
Reciclagem	Sapadores Florestais	5	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chefe de Equipa	Sapadores Florestais	5	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4548 / Equipamentos auxiliares	Sapadores Florestais	5	0	0	1 250	0	0	0	0	0	0	0
3108 / Caracterização da floresta portuguesa	Sapadores Florestais	5	0	0	0	1 250	0	0	0	0	0	0
3113 / Factores edafo-climáticos e floresta	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	1 250	0	0	0	0	0
3121 / Identificação das espécies florestais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	1 250	0	0	0	0	0
3120 / Normas de protecção e melhoria do ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho florestal	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	1 250	0	0	0	0
5379 / Cartografia - noções básicas	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	1 250	0	0	0	0
3127 / Prevenção de incêndios florestais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	1 250	0	0	0
4552 / Utilização da motosserra nas operações florestais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	1 250	0	0	0
3119 / Agrimensura, medições florestais e registos de dados	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	1 400	0	0

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego

			Orçamento									
Tipo de Formação	Entidade a Formar	Nº	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
3125 / Legislação aplicável à actividade florestal	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	1 400	0	0
5377 / Fogo controlado - apoio	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1 400	0
3733 / Fenomenologia da combustão e agentes extintores	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1 400	0
3731 / Organização e sistemas de comando e controlo	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 400
3122 / Instalação de povoamentos: sementeiras, plantações e enxertias	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 400
4546 / Operações inerentes ao abate de árvores	Sapadores Florestais	5	0	1 250	0	0	0	0	0	0	0	0
5378 / Medições e avaliações em povoamentos florestais	Sapadores Florestais	5	0	0	0	1 250	0	0	0	0	0	0
5380 / Contabilidade e gestão florestal - noções básicas	Sapadores Florestais	5	0	0	0	0	0	0	0	1400	0	0
Total			2 500	2 500	1 250	2 500	2 500	2 500	2 500	4 200	2 800	2 800

Apenas se apresenta o orçamento para a formação da equipe de sapadores florestais, sendo os elementos que se apresentam com necessidade de formação no âmbito da reciclagem destes módulos, estando esta dependente da existência de entidades como o ICNF ou externas que proporcionem estas formações até de forma gratuita.

A CMDF tem o apoio técnico do GTF do Município de Lamego financiado pelo Fundo Florestal Permanente:

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
Eng ^a Ana Pinto

Cronograma	Ordem de trabalhos
1 Fevereiro a 31 de março	Reunião preparatória para a elaboração do Plano Operacional Municipal
1 Abril a 15 de Junho	Aprovação do plano operacional municipal Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar
Novembro/Dezembro	Balanco do período e monitorização do PMDFCI
Sempre que se justifique a CMDF reunirá fora destas datas	

A CMDF elaborou o presente PMDFCI para um período de 10 anos, de 2019 a 2028, com revisão anual ou sempre que a mesma o considere necessário;

A revisão do POM será anual tendo, o mesmo, que ser aprovado até dia 15 de Abril do ano em questão;

A CMDF monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de acção do PMDFCI, efectuando um relatório de execução no final de cada ano de vigência do plano com a colaboração técnica do GTF.

Eixos Estratégicos	Estimativa de Orçamento Total (Euros) (2019 a 2028)										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total/eixo
1º Eixo Estratégico	713 652	896 460	179 360	882 324	181 088	898 747	624 386	465 211	171 096	553 872	5 566 196
2º Eixo Estratégico	2 600	2 600	5 100	2 600	6 100	2 600	4 600	2 600	6 300	2 600	37 700
3º Eixo Estratégico	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000	600 000
4º Eixo Estratégico	0	3 000	0	4 000	2 000	3 000	2 000	1 000	0	1 000	16 000
5º Eixo estratégico	2 500	2 500	1 250	2 500	2 500	2 500	2 500	4 200	2 800	2 800	26 050
Total/Ano	778 752	964 560	245 710	951 424	251 688	966 847	693 486	533 011	240 196	620 272	6 245 946
Total PDMFCI											6 245 946

ANEXO

CARTOGRAFIA